

The background of the cover is a sepia-toned photograph. It shows a wide river in the middle ground, with a dense line of trees on the far bank. In the foreground, there are several buildings with tiled roofs, and a large, dark tree trunk is visible on the right side, partially obscuring the view. The overall scene is a rural or semi-rural landscape.

*IHGP - Revista do
Instituto Histórico e Geográfico
de Piracicaba*



Ano XIV ~ 2007 ~ Número 14

IHGP - Revista do
Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba

Ano XIV – 2007 – Número 14

Cumprindo a lei municipal n° 2.160,
de 18 de Dezembro de 1974, edita o volume:

Revista n° 14 do ano 2007

Apoio:
Prefeitura do Município de Piracicaba
e
Secretaria de Ação Cultural



Copyright – 2007 IHGP
Todos os direitos reservados ao IHGP
Impresso no Brasil – Printed in Brazil

Nossa Capa:
Vista da Rua do Porto

Acervo: Geraldo Nunes
Doadora: Ana Maria Piedade Nunes Armelin
Arte da Capa: Jelzo Oliveira dos Santos

ISSN 0103948-2

INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE PIRACICABA
DIRETORIA
(2006 a 2008)

Presidente
PAULO CELSO BASSETTI

Vice-Presidente
HALDUMONT NOBRE FERRAZ

1º Secretário
SERMO DORIZOTTO

2º Secretária
MYRIA MACHADO BOTELHO

1º Tesoureiro
FRANCISCO DE A. F. DE MELLO

2º Tesoureiro
FLAVIO RIZZOLO

Orador
JOÃO UMBERTO NASSIF

Diretor de Acervo
MARLY THEREZINHA G. PERECIN

1º Suplente
RENATO LEME FERRARI

2º Suplente
CECÍLIO ELIAS NETTO

3º Suplente
GILBERTO JÚLIO PIATTO

Conselho Fiscal
1º ANTONIO ROBERTO DIEHL
2º CEZÁRIO DE C. FERRARI
3º ANTONIO H. C. COCENZA

Suplente Conselho Fiscal
ELIAS SALUM
JOSÉ ANTONIO B. DE CAMARGO
WALDEMAR ROMANO

EDITORAÇÃO E IMPRESSÃO
Gráfica e Editora Degaspari
R. Barão de Piracicamirim, 1.926
Fone/Fax: (19) 3433-6748
13416-150 - Piracicaba-SP
E-mail: graficadegaspari@terra.com.br

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA

SUMÁRIO

Apresentação	7
Memória, história: em busca do mundo possível do Engenho/Usina Monte Alegre, Piracicaba <i>Neide Marcondes</i>	9
Quando a fedentina ganha foros de cidadania <i>Raimundo Donato do Prado Ribeiro</i>	17
Nas páginas envelhecidas da Gazeta de Piracicaba: o Colégio Piracicabano e a constituição de seu currículo no findar do século XIX <i>Edivilson Cardoso Rafaeta</i>	35
As origens dos Institutos Históricos e Geográficos no Brasil <i>Lucy Desjardins Romani</i>	45
As origens da imagem do caipira <i>Luiz Francisco Albuquerque de Miranda</i>	51

Coordenação Editorial: Isabel C. DeGaspari

Diagramação: Jelzo Oliveira dos Santos

Fotos: Arquivo do IHGP

Agradecimentos: Odila A. Françoso Rodrigues de Souza

Aos Colaboradores: Vitor Pires Vencovsky

Luiz Francisco A. de Miranda



INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PIRACICABA

CNPJ: 50.853.878.0001-48

Rua do Rosário, 781 - CEP: 13400-180 Piracicaba-SP - Brasil

Telefone: (19) 3434-8811

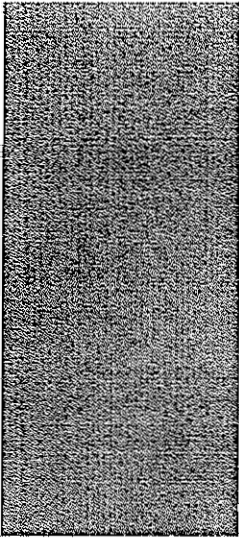
E-mail: ihgp@ihgp.org.br

Site: www.ihgp.org.br



PRESENTE RESPONSÁVEL. FUTURO SUSTENTADO.

*Impresso em papel couché Starmax 90 g/m²,
da Votorantim Celulose e Papel – VCP.
Papel produzido com florestas plantadas de eucalipto.
Preservando matas nativas, em harmonia com o meio ambiente.*



Atividades do IHGP em 2007 Quarenta anos de atividade!

Em 2007, o Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, sob a presidência de Paulo Celso Bassetti, continuou o trabalho de organização e identificação de seu acervo, em especial dos jornais *Gazeta de Piracicaba* e *Jornal de Piracicaba*. Para tal, foi importante a intervenção de estagiários do Curso de História da Unimep. Esse trabalho será fundamental para o reinício da digitalização dos exemplares mais antigos dos dois jornais. Realizamos também o levantamento patrimonial do Instituto, provemos algumas reformas em nossas salas e instalamos dois computadores em nossa biblioteca, ambos conectados à internet, que podem ser utilizados pelos pesquisadores.

O IHGP apoiou a publicação de obras de grande importância para a cultura e a história da cidade de Piracicaba. Destacamos o lançamento do romance histórico *Encontro das águas* de Marly Therezinha Germano Percin, edição comemorativa aos 240 anos de fundação de Piracicaba em parceria com a Prefeitura Municipal/Secretaria da Ação Cultural.

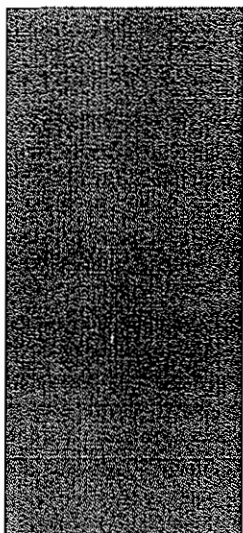
O ano representou o marco de entrada do Instituto no mundo da rede mundial de computadores com o lançamento de nosso *site* (www.ihgp.org.br), que disponibiliza uma grande quantidade de informações e documentos a respeito de Piracicaba e região. O *site* contém a relação de publicações do IHGP (livros, revistas) e uma exposição virtual de fotos de Piracicaba.

Quanto à Revista, informamos que obtivemos o ISSN (International Standard Serial Number) junto ao Centro Brasileiro do ISSN do Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia - IBICT. Sendo assim, nosso periódico está, agora, indexado internacionalmente como revista científica.

Por fim, lembramos que, em 2007, o IHGP comemora quarenta anos de existência. Gostaríamos de manifestar nossa gratidão e reconhecimento por todos aqueles que contribuíram para sua manutenção e seu desenvolvimento, como diretores ou como colaboradores e associados. Sem a participação desses abnegados, a história de Piracicaba talvez não pudesse ser conhecida.

A Diretoria





Memória, História: Em Busca do Mundo Possível do Engenho/usina Monte Alegre, Piracicaba

Neide Marcondes¹

RESUMO

Nesta presente análise/memória está em questão a propriedade rural piracicabana, a antiga Fazenda e depois Engenho/Usina Monte Alegre. O ressaltar que estamos em novos tempos, está demonstrado na desativação, descaracterização e destruição de parte da propriedade. Na aquarela do século XIX, do artista Miguel Dutra, o *Miguelzinho*, denominada *A Fazenda na margem esquerda do rio Piracicaba, domínio do Visconde de Monte Alegre, 1845*, pode-se visualizar, neste documento iconográfico, o cenário de um mundo real, que permite rever monumentos e entorno, demonstrando um passado revisitado para um *mundo possível*, que pode ser resgatado.

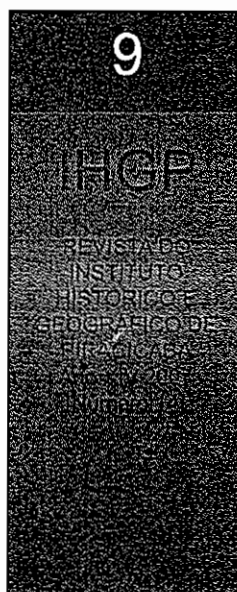
Palavras-chaves

Propriedade Rural, Monumento, Engenho/Usina Monte Alegre, Patrimônio Passado Revisitado, Mundo Possível.

...à procura do Engenho...

Era uma tarde nublada do ano de 2003, quando então, solitária, retornei ao sítio da então Usina Monte Alegre. Nada se via, bruma e nevoeiro rodeavam a propriedade. Mas, acaso ali estariam os antigos edifícios/ruínas? Adentrei a estrada, naquele momento, recordando-me de Kafka - O Castelo; como chegar às antigas construções que já não mais se avistavam do belvedere, com parapeitos de ferro trabalhado, como as tinha visitado e documentado em 1979? A sensação de procura parece ter sido a mesma da personagem K., assim como a angústia de encontrar aquela cena já degenerada e desfeita, que em outros tempos, de vida e esplendor, eu registrara.

¹ Professora Livre Docente e Titular de História e Teoria da Arte da UNESP.



Com consciência do passado e visão clara das decisões tomadas, são percebidas as mais significativas estruturas no tempo, no espaço e na cultura. Nem sempre o acervo histórico-artístico recebe interpretação significativa no meio da população que o utiliza; é raro grupos sociais respeitarem o trabalho acumulado que se encontra numa vila construída em outros tempos, no casario e nos espaços das propriedades rurais.

A história da arquitetura paulista não tem a ressonância da pernambucana, da baiana ou da mineira. De modo geral pode-se mesmo notar que a arquitetura rural paulista mereceu de poucos estudiosos uma análise mais rigorosa e sistemática. É no setor da arquitetura rural, desde a mais simples construção secundária do programa de uma propriedade até as casas-sede, que se impõe a tradicionalidade da construção paulista. O monumento é inseparável do meio onde se encontra. Estudá-lo no espaço em que está inserido e analisar a significação cultural que adquiriu no decorrer do tempo é relacionar arquitetura com o contexto global da cultura.

Uma estrutura econômica, fundamentalmente agrária, desenvolveu tipos característicos de propriedade rural em diferentes regiões do Brasil. Essa estrutura, inicialmente ligada ao escravismo e depois ao trabalho do colono, conferiu ao fazendeiro do centro-oeste paulista características definidas.

O interesse pelo tema levou-me a um estudo acadêmico, histórico da arquitetura rural, sua urbanização e trabalho, cuja abordagem está contida no tema *Fazendas, Engenhos e Usinas. Piracicaba, século XIX*, que está documentado e analisado, visando à publicação de um livro.

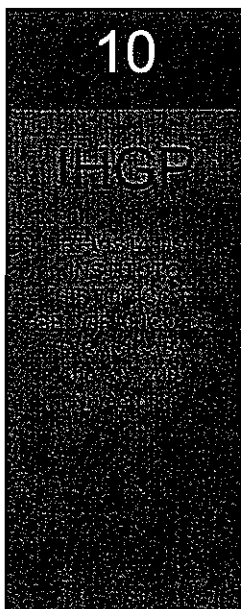
Nesta presente análise/memória está em questão a propriedade rural piracicabana, a antiga fazenda e, depois, o Engenho Monte Alegre.

Cumprir destacar que os engenhos-usinas de São Paulo foram divididos segundo sua operação e rendimento. Entre os chamados de dupla pressão seca e de maior rendimento foram considerados: o Engenho Central de Piracicaba, o de Monte Alegre, o Indaiá, o da Vila Raffard e o de Lorena.

Monte Alegre desenvolveu-se pouco a pouco como engenho/usina, improvisado com aparelhos das engenhocas, mais duas moendas. Foi comprado dos herdeiros da Fazenda do Marquês de Monte Alegre e de parte da sesmaria de Carlos Bartholomeu de Arruda (Cartório do 1º Ofício de Piracicaba. Registro de Imóveis); em 1887, o Engenho já produzia de 8.000 a 10.000 arrobas de açúcar.

Em 1819, a propriedade do Marquês de Monte Alegre, Luiz Antônio de Souza Barros, situada à margem esquerda do rio Piracicaba, e aproximadamente a seis quilômetros do centro da cidade, foi avaliada em 10:822\$160, contendo toda a "vasta terra, 24 escravos, casa de engenho, casa de purgar, senzalas, monjolo, olaria para telhas, alambique, três caldeiras de whe, duas rocas, dois novilhos, dois bois" (Piracicaba Antiga, vol.VI, s/d).

A sociedade formada por Indalécio de Camargo Penteado e Joaquim Rodrigues do Amaral, em 1889, com um empréstimo bancário, remodela o antigo Engenho. Pertenciam então ao Engenho, num



total de 2.228 hectares, 856 hectares de mato, 500 hectares plantados de cana, 622 hectares prontos para plantar.

Para o transporte de cana de fazendas até o Engenho, existiam alguns quilômetros de estrada de ferro, com uma locomotiva e alguns vagões. A maior parte da cana chegava em grandes carros, puxados por seis mulas, carregando perto de 1.500 quilos do vegetal. Monte Alegre era um engenho pequeno em relação à grande extensão de plantações de cana e dos compromissos com os fornecedores.

Em 1890, a usina reúne as atividades agrícolas e industriais, forma o seu latifúndio, aplicando métodos agrícolas tradicionais e criando no colono a consciência de fornecedores de cana.

Aparece o tipo social empreendedor e dominador: o usineiro, que nada tem a ver com a figura do senhor de engenho ou a do dono de fazenda. O usineiro é homem da cidade, industrial, representante da burguesia urbana. No caso dos engenhos-usinas, as famílias trabalhadoras, em sua maioria italianas, eram integradas por colonos pagos por peso de cana entregue; a administração não se preocupava com o sistema pelo qual eles cultivavam a terra. A utilização de colonos era uma imposição do próprio estágio de desenvolvimento da lavoura canavieira paulista, num período no qual a mecanização agrícola era incipiente e mantinha trabalhadores fixos nas empresas durante todo o ano.

Em 1901, a Monte Alegre possuía duas moendas horizontais a vapor, três caldeiras geradoras de vapor, uma chaminé de tijolo, dois filtros para caldo e xarope, duas bombas de ar para os mesmos, resfriadeiras para massa cozida, seis turbinas *Five-Little*, uma moenda para açúcar, dois alambiques, oficina para reparações, estrada de ferro bitola 60 cm, uma locomotiva e alguns vagões.

Na terceira década do século XX, em 1938, a ação do empresário Pedro Morganti consegue novamente juntar as antigas propriedades que pertenceram ao Senador Vergueiro e ao Brigadeiro Luiz Antônio de Souza, em anos da primeira metade do século XIX (Elias Netto, 2003).

A Usina Monte Alegre, ainda no século XX (1965), era uma comunidade rural organizada, com aproximadamente 1.709 moradores da própria Usina e 1.169 provenientes de outras fazendas do município. Foi formado o bairro de Monte Alegre, que contava com condições comunitárias de educação, saúde e lazer.

Os moradores de Monte Alegre dispunham de pequenas casas, onde se abrigaram os antigos colonos, de casas recém construídas, de armazéns, padaria, farmácia, barbearia, torrefação de café, bar, cinema e, até mesmo, pensão.

O Grupo Escolar Marquês de Monte Alegre foi inaugurado no dia 7 de fevereiro de 1927. Foi construída, em 1936, a Capela em homenagem a São Pedro e, em 1937, no alto da colina, a Igreja São Pedro, que acompanhava "o mesmo estilo da Igreja de São Frediano, de Lucca" (Elias Netto, 2003, p.241). A pintura da Igreja ficou a cargo do então chamado "pintor de paredes", Antônio Volpi. O artista teve o auxílio de dois pedreiros da Usina.

Em 1953 é implantada, no local, uma fábrica de papel e celulose.



O império Morganti, no entanto, entra em decadência.

Os novos proprietários, em 1981, são da família Silva Gordo (Refinaria Paulista).

A partir de 1982, a Usina, já incorporada à Indústria de Papel Simão S.A., passa a negociar com a Votorantim Celulose e Papel (VCP), da família Ermírio de Moraes. "São novos tempos: ..." (Elias Netto, 2003, p.242).

Sim, são novos tempos, tempos de reflexão, que me levaram, nesta primeira década do século XXI, à volta do estudo e registro da documentação da majestosa propriedade rural - Fazenda, Engenho, Usina Monte Alegre.

À procura dos edifícios fabris, encontrei-os plenamente desativados, descaracterizados; o espaço do comércio, farmácia, empório estão em processo de deterioração.

Foi mantida a urbanização central, com o prédio da Escola, a casa do Administrador e, no alto da colina, a Igreja e algumas casas de moradia. Assim está hoje o Bairro Monte Alegre; mutações e destruições arquitetônicas e urbanísticas são o *signal dos tempos*.

Esta reflexão levou-me a investigar a documentação iconográfica e visitar o catálogo de aquarelas do século XIX, de Miguel Arcanjo Benício de Assunção Dutra, o Miguelzinho, catálogo já publicado pelo Museu de Arte de São Paulo, em 1981, com texto de Setembrino Petri.

A documentação iconográfica em aquarelas do artista ficou muito tempo no esquecimento, mas deixou registrados aspectos da cidade de São Paulo e do interior paulista do século XIX.

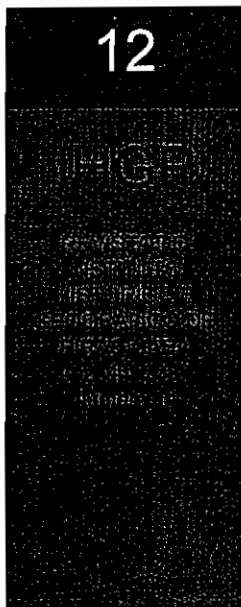
Miguelzinho nasceu em Itu, a 15 de agosto de 1810, e faleceu em Piracicaba a 22 de abril de 1875. Durante 30 anos trabalhou em Piracicaba como ourives, pintor, escultor, músico, organista. Seu fanatismo era dedicar-se à caridade ao próximo.

O álbum *Miguel Dutra, o poliédrico artista paulista*, conta com aquarelas que retratam a vida citadina e rural, fazendas, vilas, em estilo plástico, com a poeticidade quase de um *naif*. Entre as de Piracicaba, apresenta/representa: *Fazenda na margem esquerda, domínio do Visconde de Monte Alegre, 1845*, uma aquarela sobre papel, medindo 27,4 cm. por 44,5 cm.

Em cores claras, azuis, cinzas, sépia, ocre e branco: árvores, um tanto surrealistas, rodeiam a Fazenda, com casa-sede, casas de colonos, pátio com sino, cercas e estábulos com animais de grande porte. Cena pitoresca de uma fazenda, envolvida por um entorno de rio, plantações e montanhas.

O programa rural e o partido arquitetônico paulista, no século XIX, na região de Piracicaba, interpretados no texto que dará origem a livro, sofreram transformações. A agroindústria conferiu novas formas aos espaços e foi fator determinante na formação do programa das propriedades. As mudanças sócio-culturais interferiram e mesmo desativaram o sistema e meios construtivos, assim como a função dos espaços e as soluções plásticas das moradas.

O cenário atual exigiu mudanças e transformações no meio ambiente e percebe-se que a memória regional histórica e iconográfi-



ca tende a mais uma inscrição: *aqui jazem as formas de um passado recente*.

Especialmente referente à Usina Monte Alegre, hoje, nestes tempos hiper modernos, totalmente descaracterizada e destruída no seu aspecto fabril e destituída da sua primitiva função, é significativo adentrar para a abordagem da *lógica modal* e levar o olhar, pensamento e a interpretação na obra de Miguelzinho como aquele

Ax = mundo real > Fazenda na margem do rio Piracicaba, domínio do Visconde de Monte Alegre, 1845 (legenda do próprio Miguel Dutra)

e constituir

Ay = mundo possível: que permite rever monumentos, os que *restam*, os que estão conservados em documentos de arquivos e propõem um mundo de emoções que permite recompor ambientes, características de mundos destruídos: formas arquitetônicas dos espaços, dos costumes e parte de tudo que condiz organizar os aspectos da vida de um passado pronto para ser *revisitado* e reconstituído; a memória de um **Mundo Real**, **aquele mundo do passado para um mundo a ser possível, Mundo do Futuro.**

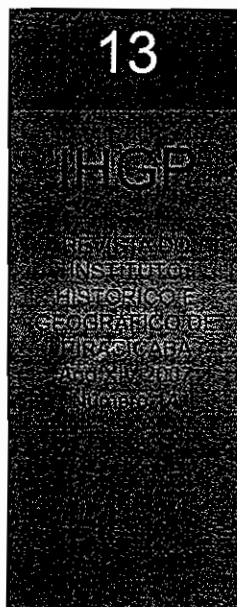
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Arquivo do Estado de São Paulo	AESP
Arquivo Municipal de São Paulo	AMSP
Câmara Municipal de Piracicaba	CMP
Ofícios Diversos	OD
Correspondência Oficial	CO
Revista do Arquivo Municipal de São Paulo	RAMSP
Revista Brasileira de Geografia	RBG
Revista do Patrimônio Histórico, Artístico Nacional	RPHAM
Cartório do 1º Ofício de Piracicaba	COP
Fórum Cartório Distribuidor e Anexos do Registro Civil do 1º Sub-Distrito	FCDRC

BENEVOLO, L. *História da Arquitetura Moderna*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

BRANDÃO, J.P. *Relatório à Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo*. São Paulo: Tipographia Brazil de Rotschild, 1912.

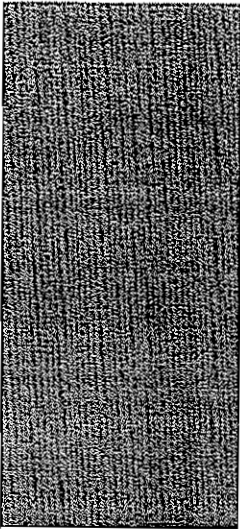
CANABRAVA, A.P. e MENDES, M.C. "A região de Piracicaba". *RAMSP* (XLV): 275-328, mar.1938.



- CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.
- CARTA DE VENEZA. Patrimônio Cultural, Recomendações, Acordos e Convenções, UNESCO. São Paulo: FAU-USP, 1974.
- CHIARI, J. *Lendas e Crendices de Piracicaba*. Piracicaba: Biblioteca de Piracicaba, s/d.
- CORONA & LEMOS. *Dicionário da Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Edart, 1972
- COSTA, L. *Classificação de construção civil*. São Paulo: FAU-USP, s/d.
- CRUZ, C.D. *Método e processo para a fabricação do assucar e cultura da canna*. São Paulo: Secretaria da Agricultura, 1920.
- DEAN, W. *A industrialização de São Paulo (1888-1945)*. São Paulo: 1971.
- DUTRA, A. *A contribuição de Piracicaba na arte nacional*. Piracicaba: tese de doutorado, ESALQ-USP, 1972.
- ELIAS NETTO, C. "Monte Alegre: glória, queda e renascimento-final". In: *Memorial de Piracicaba, Almanaque 2002-2003*, março de 2003, p.239-242.
- GUERRINI, L. *História de Piracicaba em quadrinhos*. Piracicaba: Biblioteca Municipal, 1970.
- JORNAL de Piracicaba*. 1948 a 1959.
- KATINSKY, J.R. *Arquitetura do açúcar*. 3 cad. São Paulo: FAU-USP, 1977.
- MARCONDES, N. *Entre Ville e Fazendas*. São Paulo: Arte & Cultura, 1995.
- MARCONDES, N. "O fazendeiro paulista no final oitocentista". In: *História. 100 Anos de República*. São Paulo: Edunesp, Número Especial, 1989, p.63-91.
- MARTINS, N.M. *O partido arquitetônico rural no século XIX (Porto Feliz, Tietê e Laranjal Paulista)*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978.
- Miguel Dutra. O poliédrico artista paulista*. São Paulo: Museu de Arte de São Paulo, 1981.
- MORTARI, C.A. *Introdução à Lógica*. São Paulo: Editora UNESP, 2001
- MÜLLER, N.L. "Bairros rurais do município de Piracicaba". *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo (43): 83-130, jul.1966.
- NEME, M. *Aposseamento do solo e evolução da propriedade rural na zona de Piracicaba*. São Paulo: Museu Paulista, USP, 1974.

- NEME, M. "Piracicaba no século XVIII". *RAMSP* ano IV, 45:133-186, mar.1938.
- PARENT, M. O futuro do patrimônio arquitetônico e artístico. In: *Revista do Patrimônio Histórico*, nº 19, 1984.
- PEREIRA, J.B.B. *Italianos no mundo rural paulista*. São Paulo: Pioneira e IEB-USP, 1974.
- PETRONE, M.T.S. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e Declínio*. São Paulo: Difel, 1968.
- PIRACICABA ANTIGA*, 12v. Piracicaba: Biblioteca Municipal, s/d.
- QUEDA, O. *A intervenção do Estado e a agro-indústria açucareira paulista*. Tese de doutoramento. Piracicaba: ESALQ-USP, 1972.
- RANZANI, G. e outros. *Carta de solos do município de Piracicaba 1966*.
- RICARD, J. *Usinas açucareiras de Piracicaba, Villa Raffard, Porto Feliz, Lorena e Cupim*. São Paulo: Hucitec e Edit.Unicamp, 1996.
- SAMPAIO, S.S. *Geografia industrial de Piracicaba. Um exemplo de interação indústria-agricultura*. São Paulo: IG-USP, 1976.
- SAWYER, F. *Estudo sobre a indústria assucareira no Estado de São Paulo comparada com os demais paizes*. São Paulo: Secretaria da Agricultura, 1908.
- TORRES, M.C.T.M. *Aspectos da evolução da propriedade rural em Piracicaba no tempo do Império*. Piracicaba: Academia Piracicabana de Letras, 1975.
- VITTI, G. *Correspondência Oficial da Câmara Municipal de Constituição*. Piracicaba: Biblioteca Municipal, 2v., s/d.
- WITTER, J.S. e HILSDORF, M.L. "Sobre o arrolamento das fontes históricas de Piracicaba". *Revista de História*. São Paulo, XXX (62): 379-422, abr./jun., 1965.





Quando a Fedentina Ganha Foros de Cidadania

Raimundo Donato do Prado Ribeiro¹

RESUMO

O artigo aborda o processo de criação do Cemitério da Saúde em Piracicaba no século XIX, destacando as representações dos saberes higiênicos presentes na documentação e fontes do período. Intenta ainda, articular esse evento com os debates mais gerais existentes no Brasil desse período.

Palavras-chave:

Representações, Saberes Higiênicos, Piracicaba

O título deste artigo remete à manifestação do vereador Francisco Ferraz de Arruda em discurso na Câmara ao indignar-se com os registros freqüentes e preocupantes relativos aos maus cheiros do cemitério, até então existente na região central da então Vila Nova Constituição², que atraíam cães e corvos em demasia. Corria o ano de 1855³.

Essa frase evidencia de imediato a associação dessa preocupação com os debates postos pelos saberes higienistas que ganham corpo no decurso do século XIX também nesse local. Ainda que o cemitério seja um objeto de estudos pouco visitado quando se trata de investigações acerca das concepções de cidade produzidas no século XIX, temos que nesse espaço operam-se mudanças significativas nas relações dos vivos com os mortos. Essas propostas de intervenções no espaço, mais do que afastar os mortos, pensaram e responderam às demandas da cidade moderna e aos diferentes desafios que ela trazia. Ainda que esses saberes apresentassem os remédios para uma cidade sadia, não tinham nenhuma teoria sobre as doenças.

A indignação expressa pelo vereador Ferraz de Arruda traduz em certa medida a investida higiênica na regulamentação dos espaços da cidade e a revelada associação com uma dada idéia de civilização pautada na razão da ordem, da moral, da limpeza e da saúde como princípios públicos. Vendo no espaço sagrado do morto o vetor de con-

¹ Professor do Curso de História da UNIMEP e Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP.

² 1º de Agosto de 1767, data da Povoação de Piracicaba. Em 1774, elevada a categoria de Freguesia. Em 31 de Outubro de 1821, data a criação do Município, com a denominação de Vila Nova Constituição, visando o novo nome homenagear e "perpetuar" a memória da Constituição portuguesa, no entanto, a instalação do município deu-se apenas em 10 de Agosto de 1822. A Lei Provincial de 24 de Abril de 1856 eleva a Vila à categoria de cidade, com o nome de Constituição, nome este

17

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano XIV 2007
Número 14

que permaneceu até 19 de abril de 1877, quando a Lei n. 21 da Assembléia Provincial alterou novamente para Piracicaba. Anteriormente, a Lei n. 61 de 20 de Abril de 1866 havia alterado o nome da Comarca de Constituição para Comarca de Piracicaba.

3 GUERRA, Léo. "O mau cheiro do cemitério. 06 de maio de 1855". In: *Jornal de Piracicaba*, 10/05/1981.

4 REIS, João José. A morte é uma festa. Ritos Fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. 3ª. Reimpressão, São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 24

5 Ver: FOUCAULT, Michel. "O Nascimento da Medicina Social" In: *Microfísica do Poder*. Organização e Tradução de Roberto Machado. 13ª edição, Rio de Janeiro: Graal, 1998 e REIS, João José. A morte é uma festa. Ritos Fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. 3ª. Reimpressão, São Paulo: Cia. das Letras, 1999, respectivamente.

laminação do ar através dos miasmas, o saber higiênico propunha uma reordenação da relação com a vida, "civilizando" espaços e costumes. Transferindo os mortos do meio dos vivos, destinando-os a cemitérios extramuros, civilizava-se os hábitos, dessacralizava-se a morte e educava-se os sentidos.

A remoção dos cemitérios, justificada pelos higienistas como um dos fatores primordiais para a manutenção da vida nas cidades, sofrerá uma série de manifestações por parte da população citadina. Reivindicando ou resistindo ao discurso higiênico, o que se visualiza é um novo enquadramento espacial das cidades e a higienização das relações sociais nos finais do século XVIII e inícios dos XIX, como podemos observar em Reis:

Os funerais de outrora, e em particular os enterros nas igrejas, revelam enorme preocupação de nossos antepassados com seus próprios cadáveres e os cadáveres de seus mortos. Por razões diferentes, os médicos [...] se preocupavam com o mesmo objeto. Eles viam os enterros dentro dos templos e mesmo dentro da cidade, além de outros costumes funerários, como altamente prejudiciais à saúde dos vivos. Mortos e vivos deviam ficar separados. A novidade vinha da Europa, e foi divulgada no Brasil independente por meio de uma campanha que fazia da opinião dos higienistas o testemunho da civilização. [...] Os legisladores seguiram os doutores, procurando reordenar o espaço ocupado pelo morto na sociedade, estabelecendo uma nova geografia urbana da relação entre mortos e vivos⁴.

Se a fala do nosso vereador em meados do século XIX respalda por um lado a preocupação com a saúde pública e externa preocupação com o suposto vetor da ameaça, por outro lado, apenas para registrar, encontramos verdadeiros levantes em outros momentos, anteriores a esse século, relativos à políticas de disciplinar e ordenar os enterramentos. São exemplos, a proposta o fechamento e remoção do *Cimitière des Innocents* nos finais do século XVIII em Paris na França e, também, na Bahia de 1836 no episódio conhecido por Cemiterada, ainda que outras questões também tangenciassem tal revolta.⁵

A criação do Cemitério da Saudade de Piracicaba não produziu situações violentas como as experiências mencionadas anteriormente, mas inseriu-se no interior dos debates que vinculavam uma nova sensibilidade em relação ao espaço público como ensejo de civilização e progresso.

O registro da preocupada indignação do nosso vereador aponta apenas uma das facetas do processo de criação do cemitério da Saudade. Pois essa questão não era nova naquela casa, como registra a Ata da Câmara Municipal de 04 de março de 1829 quanto à preocupação com a criação de um novo cemitério para a cidade.



De 1829 a 1855 são alguns bons anos e outros mais pela frente até a criação do cemitério da Saudade. Levar-se-á quase cinquenta anos para a criação do Cemitério da Saudade. Se a leitura deste fato dirigir-se para além das questões burocráticas, podemos inferir a existência de resistência em relação à presença de cemitérios intramuros, bem como à remoção ou à criação de cemitérios extra-muros. A partir destes movimentos mais gerais que presentificam a criação ou recriação das cidades, buscamos o processo de inserção desses embates na trajetória que leva à criação do Cemitério da Saudade de Piracicaba: de 1829, quando mencionado o espaço cemitério pela primeira vez enquanto "defeito" presente no interior da "Vila Nova da Constituição", a sua "inauguração" em 1872.

Para a historiadora Theodoro podemos identificar no Brasil do século XVIII uma tentativa do Estado em intervir, mesmo que lentamente, na organização da cidade, ou seja, identifica que, nos dois primeiros séculos da história do Brasil, a constituição das vilas deu-se em função de interesses privados, e as mudanças em curso naquele século, engendraram uma nova organização urbana e o Estado instituiu-se como gestor dos interesses públicos. Momento em que foi criada uma série de lugares públicos (largos, praças, ruas, etc.) onde, nas palavras de Janice Theodoro, os colonos irão exercitar-se para se tornarem homens civilizados – *policiados*, como se dizia no século XVIII – capazes de viver na *urbe*. Neste sentido, nos finais do século XVIII e inícios do XIX, as Câmaras, baseadas na formulação de Posturas, passam a organizar, normatizar e padronizar critérios quanto a urbanização, fundamentadas na idéia de que os problemas da coletividade cabem ao Estado resolver, administrando o espaço da cidade.⁶

A criação de um novo Cemitério que guardasse respeito às novas normas civilizadoras não foi a única preocupação daquele momento com a saúde pública. Podemos ainda encontrar relatos bastante significativos desses impasses e intervenções postos pela diferenciação e ordenação dos corpos no interior da cidade e que deveriam nortear o convívio cidadão. Como exemplo, citamos as intervenções dessa Câmara procurando assegurar, através da normatização com penalizações, o uso de vacina (*pus vacinico*) pela população; regulamentar a limpeza das ruas; retirar animais do meio dos homens; administrar o fluxo do mercado dentre outras ações.

Nessa perspectiva, a criação do Cemitério da Saudade em Piracicaba nos possibilita conhecer uma das possíveis, e pouco trabalhada, formas de apropriação dos saberes higiênicos. A investida higiênica na regulamentação dos cemitérios reafirma o projeto de uma cidade que deveria nortear-se pela razão da ordem e da limpeza, colocando-as como questões de interesse público, isto é, caberá ao Estado, através de legislações, arbitrar os espaços dos vivos e dos mortos.

Os embates em torno da criação desse Cemitério apenas iniciaram-se em 1829, mas foi necessário quase meio século para, de fato, a cidade dispor de um cemitério extramuros. A remoção dos cemitérios estava diretamente ligada à linha de pensamento dos pensadores e médicos do século XVIII, como Lamarck e Étienne Saint-Hillaire, defensores da idéia de que o meio ambiente era considerado o res-

6 THEODORO, Janice T. "Rituais Urbanos" In: Memória, 1979, pp. 44-57.

19

IHGP
REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano XIV-2007
Número 14

7 MACHADO, Roberto Machado et. alii. *Danação da Norma. Medicina Social e Constituição da Psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

8 GUERRA, Léo. "Sanitários de Antigamente. 28 de setembro de 1888". In: *Jornal de Piracicaba*,

responsável principal pela saúde do corpo social e, ao mesmo tempo, de cada indivíduo, daí as estratégias de circulação e diferenciação.

As propostas de cemitérios extramuros, conforme apresentado por Roberto Machado et alii., estão presentes nos discursos médicos desde 1798, nas legislações e Posturas do Estado, na Carta Régia de 1801 – que proíbe o enterro nas igrejas e ordena a construção de cemitérios –, na Portaria do Imperador de 1825 – que identifica insalubridade nas formas de sepultamento que eram de uso no Rio e no Código de Posturas da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, sendo que ela não apenas faz indicações sobre cemitérios e enterros, mas procura normatizá-los, com a exigência de atestado de óbito, o estabelecimento de profundidade da cova, proibição de cemitérios nas igrejas e conventos, etc.⁷

Os documentos da Câmara da Vila de Constituição serão posteriormente trabalhados, mas podemos adiantar que uma série de entraves ocorreram para o protelamento da criação do cemitério extramuros. Se em 1829 iniciam-se os debates, apenas em 1857 a Câmara aprovou a transferência dos sepultamentos para além-muros da cidade, iniciando-se sua construção em fevereiro de 1858, mas a inauguração só se deu em 1872. Ao buscar legislar sobre os cemitérios, o Estado, mais do que publicizar a questão da fedentina dos cemitérios, a transforma em foro de cidadania.

Os relatos das atas e correspondências da Câmara, das Posturas e dos viajantes, possibilitam-nos captar o olhar do "outro" sobre a cidade, que nem sempre corresponde ao olhar de seus habitantes. Nem por isso, a preocupação de uma cidade estruturada na ordem, pré-condição para o progresso da cidade-organismo, deixa de estar presente na apologia da cidade asséptica. A emergência dessa produção, afirmando ou contrariando, preocupava-se sobremaneira em não macular a civilização. Afinal, fedentina, doenças e mortos "desocupados" não combinavam nem um pouco com a idéia de progresso. Neste sentido, os cemitérios traziam a fedentina, as doenças e exibiam a improdutividade dos mortos, tornando desprovida de razão suas presenças entre os vivos.

Além de problemas com o cemitério no interior da cidade, Piracicaba viveu, no século XIX, sempre na eminência de um grande surto epidêmico. Carente de uma série de aparelhos higiênicos, a cidade viveu a ansiedade de ser identificada com a civilização e, ao mesmo tempo, com práticas tidas como bárbaras: muitas habitações sem banheiros que obrigavam práticas no mínimo curiosas, como o transporte das defecações produzidas no presídio em barril destapado levado por um faxineiro através da cidade afim de ser despejado no riacho Itapeva; sem água canalizada, esgoto, coleta de lixo, etc.⁸

Elevada à condição de Vila, em 1821, a Freguesia de Piracicaba, com o nome de Vila Nova da Constituição, não ficou alheia à questão dos cemitérios no interior do espaço urbano.

O primeiro cemitério de Piracicaba encontrava-se na margem direita do rio e deve ter servido para o enterramento dos pioneiros da cidade. Supostamente, o cemitério funcionou até 1830, quando a maioria da população transferiu-se para o lado esquerdo do rio, passando



servir de referência aos sepultamentos a Matriz da Vila. Tanto Vitti⁹ quanto Guerra¹⁰ identificaram a existência de um cemitério onde hoje localiza-se a praça Tibiriçá e a Escola Morais Barros que, conforme veremos, é para onde se dirigem as ingerências públicas e os atritos com a Igreja local no processo de constituição do Cemitério, público, da Saudade. Um outro, privativo, da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, fundada por Miguel Arcanjo Benício Dutra, considerado o preferido da elite piracicabana, funcionou até a década de 1870 e posteriormente foi ocupado pelo Educandário das Irmãs de São José¹¹.

Apesar da centralização do poder decisório no Brasil, no século XIX, podemos identificar nas Câmaras de Vereadores das cidades os embates postos pelo crescente componente higiênico. Se não representativos em termos classistas, consideramos que nos vários embates e nas pautas levadas à Câmara Municipal de Piracicaba estiveram presentificadas as diversas representações em torno da higienização ou as reações à ela, haja vista a insistência em relação às medidas que disciplinassem a vacinação junto à população, a insistência com a proibição dos enterramentos no interior da Igreja e mesmo com a não observância de cuidados em relação ao cemitério, entre outras.

Coube, portanto, no caso das cidades, às Câmaras, por meio de Posturas, legislarem, administrarem e fazerem cumprir as medidas da Presidência da Província. No entanto, a força da lei ou do Estado não foi suficiente para o cumprimento de determinadas decisões. Entre as tensões verificadas, talvez a que se refere às relações da Igreja, ou setores desta, com o Poder Público, é a que mais explicita, no decorrer da trajetória da criação do Cemitério público, a diluição do papel das instituições religiosas nas decisões no interior da cidade.

Como "defeito" da Vila, a questão do cemitério assim aparece em ata de 05 de março de 1829, e como estratégia observada em situações de temas considerados difíceis, a discussão é adiada,

... O Senhor Machado propos mais sobre o defeito do semiterio dentro do sentro da Villa entrou em discução e ficou adiado para a seguinte sessão...¹².

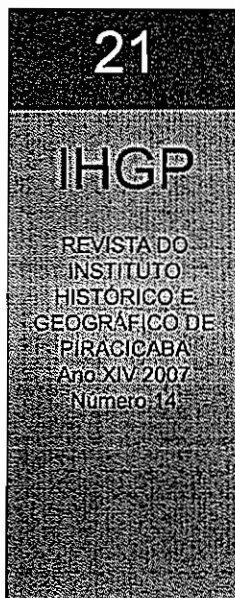
Retornando na sessão seguinte, a cautela predomina; o que era defeito da Vila, passa a ser considerado defeito do interior da Igreja, momento também em que os interesses se confundem, não se sabendo pelos envolvidos o que compete a quem.

... entrou em cegunda discução o parecer do senhor Machado sobre a mudança do Cemiterio fora do recinto da Villa digo do recinto do Templo o Senhor Correa propos que se devia officiar ao Revdo Vigario para a combinação do lugar o Senhor Machado acrescentou mais que se officiasse ao Fabriqueiro pedindo hum calculo razoavel do dinheiro cobrado a Fabrica foi aprovado ...¹³.

9 Ver: VITTI, Guilherme. MANUAL DE HISTÓRIA PIRACICABANA. Piracicaba: Jornal de Piracicaba, 1966; MEMÓRIAS DE UM ARQUIVO. DOCUMENTOS SOBRE OS CEMITÉRIOS QUE EXISTIRAM EM PIRACICABA E OUTROS ASSUNTOS. Mimeo., s/d.; PIRACICABA: A NOIVA DA COLINA. PIRACICABA: Aioisi, 1975; SUBSÍDIOS À HISTÓRIA DE PIRACICABA. CORRESPONDÊNCIA OFICIAL DA CÂMARA (1829-1839). Piracicaba: Biblioteca Municipal de Piracicaba, s/d.; SUBSÍDIOS À HISTÓRIA DE PIRACICABA. CORRESPONDÊNCIA OFICIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, NO PERÍODO DE 1855 A 1871. Piracicaba: Biblioteca Municipal de Piracicaba, 1966.

10 Ver artigos de GUERRA, Léo na coluna "A Semana na História publicada no Jornal de Piracicaba entre 1980 e 1985".

11 Registramos em sessão extraordinária, conforme ata de 14 de Novembro de 1858, a "criação" de outro cemitério destinado a Irmandade de São Benedito por meio da divisão do



terreno já em uso para os sepultamentos da cidade, designando parte deste à Irmandade. Sobre as Irmandades da Boa Morte e a de São Benedito, encontram-se esparsas referências nas publicações locais. Quanto a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, existem documentações bem mais elaboradas e uma documentação no local a ser investigada. Referências a Irmandades ver também: SILVEIRA, Ignácio Florencio da. Primeiro Centenário da Santa Casa de Misericórdia de Piracicaba 1854-1954; CAMBIAGHI, Oswaldo. Medicina em Piracicaba. Contribuição à sua história e Almanak de Piracicaba para o Anno de 1900.

12 Ata da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de 04 de março de 1829, fls. 3 verso, p. 5.

13 Ata da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de 05 de março de 1829, fls. 4 verso, p. 7.

14 Ata da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de 06 de março de 1829, fls. 5, p. 8.

O poder público poderia e deveria legislar as questões relacionadas ao espaço urbano procedendo a medidas higiênicas. No entanto, é a Igreja quem deve ser consultada quando o assunto são os mortos. Sem a incumbência de registros documentais, o poder público nos parece fragilizar-se frente a uma instituição que não só retinha as almas, mas também a própria memória da cidade, enquanto guardiã da documentação dos vivos e dos mortos, já que a mesma era responsável por tais registros.

A constatação de que os cemitérios internos à Igreja tratavam-se de um “defeito” que deveria ser consertado, provocou reações na sessão de 06 de maio de 1829, quando evidencia-se a preocupação em não se misturar os atributos do Estado com os da Igreja, diante do pedido do Sr. Machado, que foi apontado por outro membro daquela casa, Sr. Correa, como inconveniente.

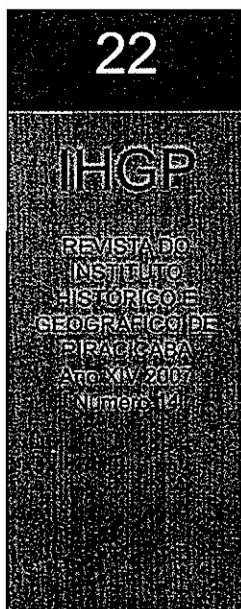
que hera de parecer em não fazer tal officio; porisso que não hera da atribuição da Camara tomar contas do Fabriqueiro e que só devia cumprir com a Lei e não exercer, assim foi deliberado mais huma Comição para escolher o lugar de mãos dadas com o reverendo Vigario e foi nomeado o senhor Albano e senhor Silva¹⁴.

Nas práticas colidianas na cidade de Piracicaba, estas tensões, entre o sagrado e o científico, deveriam suscitar uma série de conflitos e temores em relação a ambos, afinal, em quem acreditar, já que do ponto de vista de apresentar evidências dos seus argumentos, ambos o faziam muito bem.

Em nome do interesse público, multas e penas foram aplicadas, caracterizando-se o infrator não à medida da lei, mas a da própria sociedade. É a luta do indivíduo contra uma dada idéia de coletividade evidenciada no cotidiano, assim se justifica a vacinação, o branqueamento das casas, entre outras. Operam-se vigilâncias sobre a cidade, bem como sobre aqueles encarregados de cumpri-las.

Sem uma Postura da Câmara Municipal que tratasse da questão dos cemitérios, já que havia legislações específicas tanto da Presidência de São Paulo, quanto Régia, a questão do cemitério retornou à Câmara com a definição de um terreno, contíguo à Matriz, mas ainda persistiram questões ligadas à competência da Câmara para administrar tal empreendimento, que envolvia não só custos, mas também a gestão da área, que conforme já registrado, não era considerada atributo da Câmara.

Em sessão de 17 de outubro de 1831, leu-se correspondência relativa à 01º. de Julho, do Presidente da Província, que recomendava para a Câmara a conservação das estradas, bem como a mudança do cemitério para fora do recinto dos Templos. A documentação dos poderes públicos reafirmava o âmbito higiênico do problema: cemitérios e estradas nada mais eram do que aparelhos urbanos e, como tal, deveriam ser tratados. Em resposta, a Câmara manda que se *officie*



ao Reverendo Vigário expondo a recomendação e a pressa do Governo em relação à medida visando coibir tal prática.

Em 12 de janeiro de 1832, algumas dúvidas iniciais são resolvidas, decidindo-se que as despesas para a mudança do cemitério ficariam a cargo do Município e o novo lugar deveria ser escolhido de comum acordo com o Vigário e representantes da Câmara. A resposta da Comissão, composta por José Alvarez de Castro, Elias de Almeida Prado e Pedro Leme de Oliveira, encarregada de tratar da remoção apresenta o seguinte parecer com o aceite da Câmara:

A Comissão encarregada de fazer a escolha do lugar para a mudança do Cimiterio foi de parecer que se despresasse o lugar já asignalado por ser muito contiguo a Matnz, e em pouco tempo ficaria dentro do Povoado o que hé contrario ao espirito da Lei, que por attender a salubridade do Pais manda tirar o Cemitério do Recinto das Matrisés; que se plante o Cimiterio [...] Foi aseito o parecer da Comissão do Cimiterio; e a vista delle rezolveu-se que o Fiscal fique encarregado para sem perda de tempo ir com o Arruador faserem a medição no lugar denominado pela Comissão ...¹⁵.

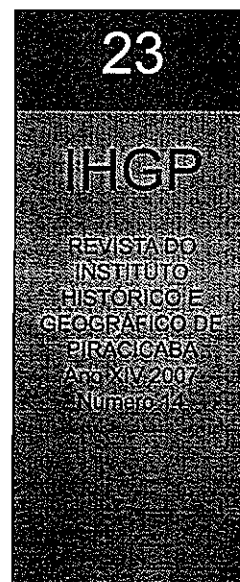
Os procedimentos da Câmara revelaram restrições em relação à possibilidade da existência de cemitério intramuros da cidade, planejando-se que, caso livesse que ter um novo enterramento para os mortos, deveriam ser assegurados os preceitos de salubridade, mantendo-se o meio livre das pestilências produzidas pelos mortos, determinando seu lugar na geografia da cidade e os lugares na sua geografia interna.

Em 30 de abril de 1832, a questão foi retomada novamente com um relatório do Fiscal, que recomendava a roçada do cemitério, mostrava certa incompreensão pelo fato de não se ter mudado o cemitério e continuar-se a enterrar os mortos junto à Matriz, e determinava que uma vez ocorrida a roçada do terreno designado, se iniciassem os enterramentos.

Na verdade, a questão desse terreno exige uma dose de paciência por parte do leitor, como exigiu do pesquisador, pois a questão é minimizada se encarada apenas tendo em vista o roçar. O que ocorre é que a Igreja não abre mão de suas almas, utilizando-se deste artifício para protelar a ocupação do terreno designado pela Câmara, além de externar um valor em relação ao próprio cemitério. Além da Igreja, que resistia ao novo espaço, havia, por parte da Câmara, procedimentos na mesma direção, embora se utilizando de recomendações da Presidência da Província, instaurando comissões e definindo espaços na cidade. Percebemos que o espírito estava muito próximo do *laissez-faire*.

Vejamos o fato de 02 de Dezembro de 1833: a presidência da Câmara solicita providências do fiscal no sentido de assegurar portão com chave na Ponte, provavelmente sobre o Rio Piracicaba, para que se cobrasse pedágio. A solução partiu do próprio presidente, que su-

15 Ata da Sessão Ordinária da Camara Municipal de 14 de Janeiro de 1832, fls. 28, p. 30.



16 Ata da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de 13 de Novembro de 1836, Livro 5, fls. 12. pp. 11-13.

17 Ata da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de 09 de Janeiro de 1837, Livro 5, fls. 12, pp. 11-13.

geriu a retirada do portão existente no que deveria ser o cemitério e o transferisse para a Ponte, em função daquele espaço estar desocupado e ser inadequado para tal função.

Conforme ata de 13 de novembro de 1836, foram formadas duas comissões, que apresentaram os seguintes relatos:

A comissão hindo ver hum lugar para formar o Cimiterio encontra dois lugares proporcionados, porem o que pairesse cer mais comodo é no fim da Rua que segue no Patio a par a Igreja. Constm. 13 de 9bro de 1836 --- Manoel Joze de França Vigario Encomendado --- Theotomio Joze de Mello. A Comissão encarregada indo examinar o lugar mais próprio para o Cimiterio acha que no fim da Rua do Bairro Alto unido ao outro Cimiterio projetado está mais próprio em razço de cer plaino o lugar, e não ter Cabeceira de Agoa. Constm. 13 de 9bro. de 1836. Francisco de Camargo Penteado¹⁶.

Colocados em votação na Câmara os pareceres, houve empate, retornando novamente a questão em 27 de novembro, quando a situação foi de empate novamente. Em relação aos pareceres, podemos identificar que no primeiro a proposta fere os princípios postos de salubridade – a o único critério utilizado é o da “comodidade” –, muito pouco para se colocar em risco a população da cidade através da presença não só do cemitério intramuros, mas também conjugado à Igreja. No segundo parecer, podemos constatar o respeito a alguns critérios que buscaram cuidados na escolha do terreno, levando-se em consideração sua geografia no contexto da cidade e seu afastamento de possíveis nascentes de água, que poderiam se tornar veículos de contaminação.

A situação de impasse ficou para o ano seguinte. Com as alterações na composição da Câmara para o ano de 1837, a questão reaparece em 09 de janeiro daquele ano, através da indicação do vereador João Carlos da Cunha:

Proponho que se ponha em ixeção os pareceres adiados sobre o estabelecimento de Cemiterio fora do recinto do Templo, pois que é um objecto este dos que mais este Municipio necessita ver quanto antes decidido¹⁷.

A questão do Cemitério sempre retorna à Câmara, mas não se trata de retomar as discussões acumuladas sobre o problema. A indefinição quanto a um novo lugar e à conservação do espaço existente para os enterramentos contribui para o protelamento de conflitos com setores da Igreja.

Em 11 de novembro de 1837, o vereador Ignacio José de Siqueira,



*indicou que se oficie ao Prefeito para que informe qual o andamento do Cemiterio foi aprovado. [...] indicou que se de providências a mais se não enterrarem corpos dentro da Igreja, resulta algum lucro a mesma Igreja, o mal que cauza é maior que ese lucro; foi aprovado e deliberado que se oficie ao Reverendo Vigario para que mais não consinta o enterramento de corpos dentro da Igreja*¹⁸.

A fala do vereador dirige-se no sentido de atacar os sepultamentos no interior da Igreja e uma vez que o terreno designado atendia às reivindicações do Vigário, ou seja, aquele a par da Igreja, caberia à Câmara providenciar medidas no sentido de sua ocupação.

Aliadas à morosidade da Câmara e às estratégias da Igreja, que concordava com parte do jogo político, mas assumia as responsabilidades designadas pela Câmara, tais medidas não eram tomadas, os cadáveres continuaram se dirigindo para o interior da Igreja e, ao espaço externo contíguo à matriz, os defuntos dos escravos e pobres.

Os que vemos por um bom tempo na documentação, são verdadeiros buracos negros sobre a questão. De vez em quando alguém lembra que o Cemitério é algo a ser ainda resolvido, ou que medidas não foram tomadas para sua recuperação, como a solicitação de verbas para "reformas", etc. É como se o poder público não conseguisse impor medidas a si mesmo e à Igreja. Após 1837, deparamo-nos com ausência de atas relativas ao período e uma ausência dessa questão nos documentos encontrados, o que nos dizeres de Vitti, "a paz dos mortos desceu sobre o assunto"¹⁹.

O assunto retorna quatro anos após, em outubro de 1841, e depois em 1845, repetindo-se novamente a ladainha das providências para a limpeza do terreno. Ou seja, havia um terreno designado, só que o mesmo encontrava-se ao abandono, a morosidade da Câmara era tamanha que nem deliberar sobre a questão conseguia,

*O Sr. Caldeira indicou que se achando o Simiterio desta Villa em total abandono existindo tão somente o terreno em aberto por isso que era de parecer que esta Camara desse providencia afim de se fazer dito Simiterio. Discutido e posto a votação ficou adiado*²⁰.

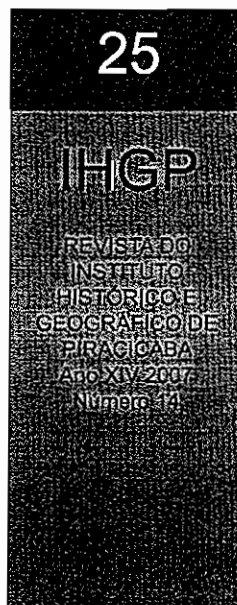
Algumas Posturas são apresentadas e aprovadas pela Câmara, mas nenhuma com referência explícita ao Cemitério propriamente dito, como as apreciadas em 12 de janeiro de 1847, que legislavam desde a comercialização de gêneros alimentícios até à "andar nu no rio Piracicaba", mas de acordo com os documentos, em relação às Posturas anteriores, assistimos uma ampliação da inserção do discurso higiênico em termos das relações e das práticas sociais.

Em sessão extraordinária de 24 de agosto de 1847, o vereador Theotônio José de Mello manifesta preocupação com as condições do Cemitério em uso pela população, apresentando um relato aterrorizante:

¹⁸ Ata da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de 11 de Novembro de 1837, Livro 5, fls. 47, pp. 46-49.

¹⁹ VITTI, Guilherme. Memórias de um Arquivo. Documentos sobre os Cemitérios que existiram em Piracicaba e outros assuntos, Mimeo., Piracicaba, s/d, p. 7.

²⁰ Ata da Sessão Ordinária de 28 de Outubro de 1845, Livro 7, fls. 84, pp. 69-70.



21 Ata da Seção Extraordinária de 24 de Agosto de 1847, Livro 7, fls. 143/verso, pp. 133-134.

22 Ata da Seção Ordinária de 09 de junho de 1848, Livro 8, fls. 18/verso, pp. 20-21.

23 Ata da Seção Extraordinária de 29 de Abril de 1849. Livro 8, fls. 59, pp. 63-64.

... indicou que vendo na semana vio um cão devorando hum cadaver, e attendendo ao dever de humanidade e de religião que se das providencias a tal respeito por meio de huma subscrição, e elle indicante prompto está a concorrer com sua quota ...²¹.

Ocorre que anos após a cena descrita, novamente Theotonio José de Melo volta à tribuna observando dessa vez que não se trata mais de reformas, mas de uma solicitação de um outro cemitério, e mais: que se defina normas de sepultamentos. Assim é relatada a sua manifestação:

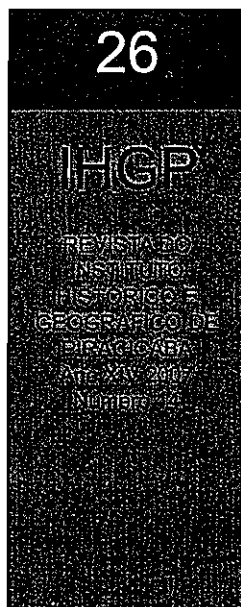
... indicou que por varias vezes tem trazido ao seo conhecimento da Camara a necessidade de hum Simiterio e tem passado pelo desgosto de saber que se tem enterrado os corpos mal, o que é desumanidade e como o cofre tem dinheiro é de parecer que se faça hum Simiterio. O senhor Mello concorda com a indicação, mas como a Camara não pode gastar quantia que exceda sua alçada, é de parecer que se pessa authorização o Governo [...] Posto a votação passou na forma da indicação do senhor Mello ...²².

Novas Posturas são apresentadas e aprovadas em 11 de janeiro de 1849, mas nenhuma se refere especificamente ao cemitério, a não ser a formação de uma "comissão para subscrição do parecer da Comissão anterior encarregada do Cemitério".

Parece-nos, em alguns momentos, que a Câmara vive a fazer comissões para outras comissões que por sua vez se encarregam de outras comissões, e quando chega o momento de alguma decisão, esta é encaminhada ao Governo da Província, inoperância e centralização males são.

Em 20 de abril de 1849, a Câmara notifica a liberação de verbas para os gastos com o Cemitério, no entanto, mantinham-se os cemitérios no interior da cidade e também passa o poder público a responder pelos cadáveres de indigentes:

O senhor presidente declarou que tem contratado o fecho do simiterio pela quantia de 500\$, portanto traz ao conhecimento da Camara para sua ulterior decisão, foi deliberado que o senhor presidente podia fexar o ajuste. O senhor presidente ponderou mais que a ocazião é boa para se fazer hum simiterio atraz da Matriz ficou addiado para se tratar do plano. O senhor presidente ponderou que lhe consta que appareceo hum corpo, e não havia quem interessasse. e que pedia a umanidade que a custa da Camara se desse sepultura a esses infelizes, quando por ventura tornem a apparecer ...²³.



O cemitério no centro da Vila deixou de aparecer como preocupação ou risco de contágio, as críticas se dirigem mais aos sepultamentos internos à Igreja. Como registrado em novembro de 1849, quando o Presidente da Câmara, vereador Francisco Ferraz de Carvalho, apresentou um discurso em que era pedida novamente a proibição geral de sepulturas na Matriz, o que se traduzia na não observância dos preceitos públicos e da inoperância da Câmara em fazer cumprir essa decisão.

Podemos observar que a remoção do cemitério passou por dois momentos: um em que se pede a sua remoção para a periferia do espaço urbano, independente de sua localização dentro da Igreja ou fora dela; no outro, repudia-se o cemitério dentro das Igrejas, sem, no entanto, colocar restrições em tê-lo no interior da cidade. Além disto, algumas medidas deveriam ser tomadas seguindo os preceitos postos pela higienização, como assegurar a plantação de árvores no cemitério, solicitada em setembro de 1850 na Câmara.

O cemitério ao lado da Matriz começou a funcionar, no entanto, as reparações e reclamações eram intermináveis, haja vista o período registrado nas atas de 1852 a 1859, no qual também encontramos evidências de que os enterros internos ao espaço da Igreja deixaram de ser prática usual, uma vez que encontramos um pedido oficial por parte da Igreja que concerne à autorização para sepultamento do Vigário, quando este morreu. Pedido impensado algumas décadas passadas, já que a Igreja simplesmente sepultaria sem a devida solicitação que foi, inclusive, deferida. Isto aponta, a nosso ver, uma alteração no jogo político envolvendo os sepultamentos, embora a Igreja continuasse se recusando a aceitar o cemitério dentro das regras postas pelo poder público.

Em 1854, o cemitério volta a pautar as discussões na Câmara, mas agora em função de protestos de moradores pelas condições do cemitério em uso na cidade. Essa manifestação dos moradores gerou o seguinte pronunciamento em sessão extraordinária no dia 15 de abril:

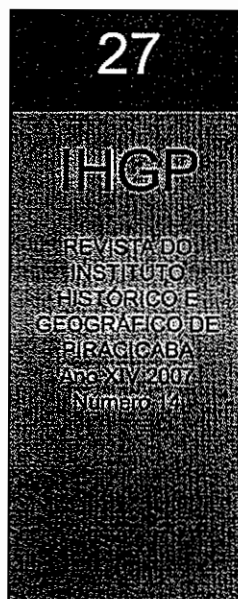
*Endicou o Snr. Oliveira que queixando-se os moradores da banda do Semiterio que alli exala hum alito pestifero pedia que se desse providencias a respeito posto em discussão foi deliberado que se officiasse ao Fiscal para que mandasse mais bem enterrados os cadaveres*²⁴.

No entanto, essa medida não foi suficiente para equacionar o pleito dos moradores. Em 06 de Maio de 1855, a incidência dos problemas começou a extrapolar o campo da limpeza do cemitério, estando a exigir um caráter mais funcional e disciplinado por parte do Sacristão, que deveria zelar pelas funções religiosas inerentes ao seu cargo, mas, também, assegurar o cumprimento de normas disciplinares nos enterramentos. Inclusive uma comissão encarregada de vistoriar os reparos no cemitério registra que as sepulturas não são socadas como também não se há ferramentas para tal.²⁵

Após tais constatações, medidas são tomadas. No entanto, os abusos em relação aos sepultamentos continuam a ocorrer. Se por um

²⁴ Ata da Sessão Extraordinária de 15 de Abril de 1854, Livro 9, fls. 37, pp. 51-52.

²⁵ Ata da Sessão Extraordinária aos 06 de Maio de 1855, Livro 9, fls. 64 v., pp. 83-85 e Ordinária de 12 de Julho de 1855, Livro 9, fls. 69 v., pp. 89-90.



26 "Ofício de 09 de Outubro de 1855 à Assembléa Provincial" apud. VITTI, Guilherme. Memórias de um Arquivo. Documentos sobre os Cemitérios que existiram em Piracicaba e outros assuntos, Mimeo., Piracicaba, s/d., p. 13.

lado eram de responsabilidade da Igreja tais práticas, por outro cabia à Câmara legislar e interceder sobre a questão, como ocorreu em 15 de julho de 1855, quando a Câmara solicitou manifestação oficial ao vigário sobre o abuso nos sepultamentos e impôs uma multa ao Sacristão por não cumprir seu papel de garantir as normas de sepultamento.

Em 1855, a cidade sofreu com uma epidemia de varíola, levando a Câmara a designar uma Comissão para garantir a salubridade pública, bem como garantir ao povo os preceitos higiênicos. Não sabemos se a epidemia foi a causa, no entanto, em ofício de 09 de outubro de 1855, foram encaminhados à Assembléa Provincial artigos de Posturas relativas ao cemitério visando sua aprovação definitiva, ao que nos consta foram as primeiras investidas municipais sérias relativas a normatização dos enterramentos e das atribuições do Sacristão:

Artigo 8º

As sepulturas para enterramento dos corpos no cemitério, terão nove palmos de fundo e quatro de boca para as pessoas adultas e, para as crianças, seis palmos de fundo e três de boca, sendo, umas e outras feitas de modo que os corpos ou caixões em que eles forem, assentem perfeitamente na superfície da terra.

Artigo 9º

O Sacristão será obrigado a assistir por si, ou por pessoa que comissiona, à abertura daquelas sepulturas, bem como ao enterramento dos corpos, que serão bem socados, percebendo pelo seu trabalho, [...] que pagarão as pessoas que o dito enterramento mandarem fazer...²⁶.

Em 13 de outubro de 1855, novamente o cemitério volta à baila na Câmara, o discurso não é mais dúbio, definindo-se objetivamente, por meio de Posturas, que o Poder Público deve garantir o espaço dos mortos e a observância de práticas salubres para a cidade.

As Posturas em questão criam uma série de taxações na produção e comercialização de vários produtos, visando a arrecadação de fundos para a conservação do cemitério. As taxações são criadas tendo por referencial o cumprimento de certas exigências higiênicas na comercialização de determinados produtos. Visam, também, disciplinar, através de punições, os não cumpridores de práticas higiênicas que vão desde o abate de gado até a conservação e branqueamento das frentes das casas.

Essas Posturas são iminentemente de ordem higiênica, ou seja, o cemitério passa a uma categoria de espaço de contágio, até então restrito só àquele localizado no interior da Igreja. O que se observa é que essas medidas de arrecadação visando a conservação do cemitério não surtiram muito efeito, o cemitério continuava mais caído que os mortos que nele habitavam, não havendo nunca verbas, mesmo com as Posturas que as asseguravam. Muito provavelmente elas foram destinadas aos vivos.



Uma nova comissão, entre as inúmeras que foram criadas, inicia um trabalho visando a remoção definitiva do cemitério, apresentando seu resultado em 15 de abril de 1857, considera o Bairro Alto como o mais propício. Deliberado pela Câmara, suas obras deveriam iniciar-se em 1858.

Neste interím, ocorre mudança na composição da Câmara. A questão reaparece com a nova Câmara em 14 de novembro de 1858, com a convocação de uma sessão extraordinária pelo seu Presidente, Salvador de Ramos Correa, para tratar da remoção do cemitério. O resultado não poderia ser mais desalentador:

... dice, que achava melhor fazer-se o mesmo Semite-rio no lugar velho, repartindo-se o mesmo, foi esta indicação aprovada, ficando a cargo do Snr. Presidente, fazendo-se de parede de mão com alicerces de pedras esteios de madeiras de Lei, altura e tudo mais desta obra a cargo do mesmo Snr. Presidente, mandando-se outro sim promover a cobrança dos que assignarão uma subscrição para uma Capella dentro do mesmo Semiterio, ficando o restante deste terreno para um Semiterio da Irmandade de S. Benedito²⁷.

Sendo esta a proposta aprovada, mais uma vez adiou-se a transferência do cemitério para o Bairro Alto. No entanto, a Câmara não teve nenhum problema em sessão de 22 de janeiro de 1860, em atender requerimento dos alemães protestantes, moradores em Piracicaba, de um terreno para cemitério, já que seus mortos não eram admitidos nos cemitérios da cidade, conforme legislado pelo Poder Público, que somente permitia almas cristãs católicas. O pedido não só foi deferido, como ficou determinado o Bairro Alto para tal localização.

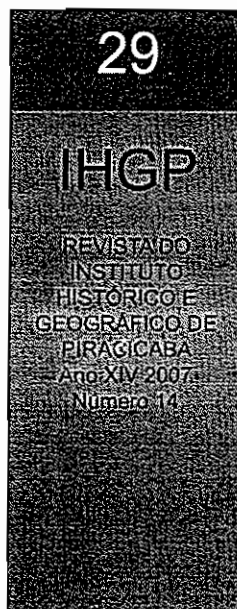
O antigo cemitério continua motivo de atritos entre a Câmara e o Sacristão, que vive a cobrar por emolumentos que não se cumprem e limpezas que não ocorrem. Até mesmo a Irmandade de São Benedito foi advertida de que perderia sua exclusividade em enterramentos na parte que lhe cabia no cemitério, caso não o limpasse.

Nas correspondências expedidas e recebidas pela Câmara, podemos observar uma série de movimentos no sentido de passar o controle sobre os registros civis para o poder público, seja regulando os registros dos casamentos, nascimentos e óbitos daqueles que professavam outras religiões que não a oficial, seja criando critérios para o exercício da medicina.

Parece-nos que as condições do cemitério não melhoraram.. A situação vai se tornando insustentável, como podemos observar no registro de 20 de abril de 1870:

... Para o Cemiterio Publico, sinto o estado de ruina em que se acha o actual tenho encommendado os tijolos, conforme os contratos que com este passo as suas mãos, que devera estar prompto até o fim de março

27 Ata da Secção Extraordinária de 14 de novembro de 1858. Livro 9, fls. 161, p. 219.



28 Acta da Sessão extraordinária aos 20 de abril de 1870 sob a presidência do Dr. Eulálio, Livro XII, fls. 15v.

29 "Correspondência da Secretária da Camara Mal. da Cidade da Constm. a Presidência da Província aos 22 de Fevereiro de 1871" In: VITTI, Guilherme. Subsídios a História de Piracicaba. Correspondência Oficial da Câmara Municipal de Piracicaba no período de 1855 a 1871. Piracicaba: Biblioteca Municipal de Piracicaba, 1966, pp. 402-403.

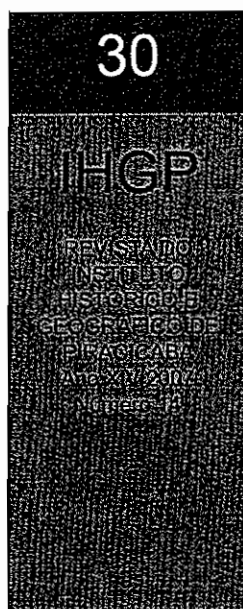
*próximo futuro. Estando já escolhida a localidade para o cimiterio julgo de maior urgência a sua construção e não tendo a Camara possibilidade de realizá-lo por outra forma deverá pedir a Assembleia Provincial para contrahir um empréstimo*²⁸.

Essa decisão implicava, a primeira vista, o fim dos cemitérios no interior da cidade e a mudança da administração. Não se retiraria do padre o direito de benzer o novo cemitério a ser construído, mas a administração dos registros e do ordenamento geográfico caberia ao Poder Público, zelador dos "interesses públicos".

Talvez contribuindo para o apressamento de soluções que levassem à construção do cemitério estava a eminência da epidemia de variola que assolava as cidades da região, e, pelos documentos públicos, a luta contra a epidemia acabava se estabelecendo a partir do critério de civilização, ou seja, a cidade civilizar-se-ia pelas tecnologias científicas que dispusesse e não pela crença em Deus. O temor desse mal, que rondava a região, talvez pudesse explicar a correspondência oficial, de abril de 1871, da Câmara Municipal à Presidência da Província, em que a situação sanitária da cidade é assim apresentada:

*Taes são entre esse melhoramentos, a edificação de novo cemitério publico, por estar o actual colocado quasi no centro da cidade e em ruinas, tendo seus muros em parte desabado; o estabelecimento de meios, que possam abastecer permanentemente a população de agoa potavel, por que as fontes que existem no centro da cidade secam durante a maior parte do ano e o rio, alem de estar distante de grande parte da povoação oferece quasi sempre agoa imbebivel pelas suas impurezas [...] torna-se mais tarde talvez a principal fonte de miasmas paludosos (incompreensível na cópia, grifo nosso) que infectam seus abitantes; o calçamento das ruas, onde em tempos chuvosos formam-se verdadeiros chacos que tomam-se [...] fontes de exalações pestilenciaes, alem de dificultarem o transito [...] esta Camara julga de seu dever emprehender satisfazer ao menos duas mais momentosas --- a edificação do Cemiterio publico e o estabelecimento de meios para o abastecimento de agoa potavel nesta cidade [...] pouca utilidade teriam para conservar o cemiterio actual e [...] sem de modo algum atenuar os sofrimentos da população nos tempos de seca pela falta de agoa e remediar os males que provem da conservação de um cemiterio no centro de uma população crescente ...*²⁹.

Decidindo-se pela urgência da construção e com o lugar já escolhido, o Bairro Alto, quase dois anos depois, é inaugurado o Cemitério, que viria a ser conhecido como o da Saudade.



O Cemitério da Saudade, conforme definido pela Câmara, deveria começar suas funções humanitárias a partir de dezembro de 1872. Encontramos duas informações relacionadas aos emolumentos. Quanto ao primeiro sepultamento, encontramos duas referências: uma que indica ser o cadáver de uma "recém nascida filha de uma tal Estrella do Norte"³⁰ em maio de 1872, e outra que informa ser de "Gertrudes, escrava de Antonio José da Conceição Júnior, viúva, preta de 46 anos de idade, vítima de moléstia ignorada"³¹. Registro importante, menos pelas possíveis contradições, e mais por expor uma sociedade de desigualdades sociais e discriminatórias, que destituiu os escravos de passado, pela negação de seus pais e pela reafirmação de suas condições sociais no presente.

Os cemitérios no interior das cidades não coadunavam com a perspectiva que buscava uma ordem no meio e nas relações, seja pelo espaço ocioso que representava, seja pela idéia improdutiva que os mortos e a morte traziam. Criando os cemitérios extramuros, as cidades moralizavam a morte e os mortos.

Pudemos, no decorrer desta exposição, atentar para uma série de indícios no que tange a algumas concepções que costumeiramente são relacionadas ao republicanismo, como as várias investidas na tentativa de se publicizar os cemitérios e assumir o controle dos registros civis, entre outras. Parece-nos que o regime político, monarquia ou república, não deva ser minimizado, já que as suas estruturas são diferenciadas e engendram concepções no cotidiano e nas práticas sociais. No entanto, parece-nos, ainda, que existem algumas questões que são de um tempo e a ele não escapam. O regime monárquico não ficou imune às tensões trazidas pelas idéias liberais e que pressionaram por alterações na organização e na formulação de uma idéia de cidade. Segundo Reis,

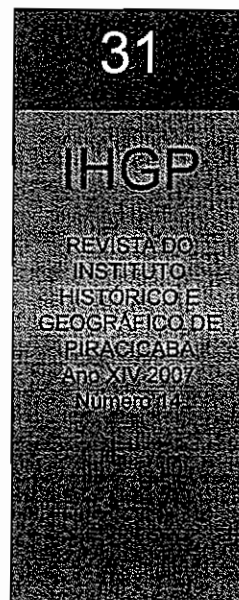
... o liberalismo se manifestou como uma campanha da civilização contra a barbárie, da cultura de elite contra a cultura popular, de uma nova cultura pretensamente européia e branca contra uma definida como atrasada colonial e mestiça. A idéia era fazer das instituições liberais um mecanismo eficiente de intervenções nos costumes do povo, sem abandonar uma longa tradição de dominação paternalista. A instituição liberal estrategicamente melhor posicionada para executar essa tarefa foi o Município. [...] A criação de cemitérios fazia parte da batalha pelo saneamento das cidades. Os mortos, ou pelo menos seus corpos, eram sem cerimônia associados a águas infectas, imúndices e corrupção do ar³².

No Brasil, a decretação da República seria mais um fator no conjunto de transformações que ocorreram nos finais do século XIX, que dinamizaram a investida higiênica no país. Mesmo assim, parece-nos complicado procurar entender a higienização ou mesmo a laicização dos cemitérios, por exemplo, só a partir da República.

30 "Ephemerides de Maio de 1872" In: Almanak de Piracicaba para o ano de 1900, p. 47.

31 GUERRA, Léo. "A capitulo dos cemitérios. 11 de junho de 1884" In: Jomal de Piracicaba, 17/06/1984.

32 REIS, João José. A morte é uma festa. Ritos Fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. 3ª. Reimpressão. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, pp. 275-279.



33 Os Livros de Registros de Concessões e Sepultamentos de Piracicaba constatam que a criação daquele cemitério não trouxe imediatamente a normalização efetiva das práticas funerárias ao discurso médico. Verificamos na documentação de 1872 a 1932 um processo moroso de construção de uma classificação médica nos registros burocráticos ligados à morte. No período anterior a 1932, não vemos a assepsia presente do morrer dos dias atuais que nos impede até de sabermos do que se morre, como exemplo, quem morreria hoje de lombrigas, dentada de cobra, facadas, repentina, etc.? Na luta da morte contra a vida, as pessoas se tornavam habitantes da "cidade dos pés juntos" em função do "sucesso da causa da morte".



Na República, essas posições seíam bastante fortalecidas, ocorrendo maior acumulação de poder de decisões por parte dos higienistas. E a despeito das resistências à vacinação, das lutas contra a remoção e desalojamento dos cortiços, etc., começaram a se configurar mudanças de atitudes em relação à higienização, provocando menos estranheza em relação aos seus preceitos e mais estranheza àqueles que se negavam a admitir sua ingerência no cotidiano de suas vidas. Mas começam esboçar-se também outras lutas, que, incorporando preceitos higiênicos, reivindicaram melhores condições de vida.

Parece-nos que, ao se colocar a remoção dos cemitérios intramuros da cidade no limiar dos finais do século XIX, a questão higinica, como justificativa, parece menos uma higienização do meio, como a posta nos finais do século XVIII, e mais uma higienização das atitudes e dos corpos.

Parece-nos, portanto, que vincular exclusivamente a criação do Cemitério, em 1872, aos saberes higiênicos como estes se colocavam no século XVIII, é perdermos de vista a própria historicidade da constituição desses saberes. Registros burocráticos, como os Livros de Registros de Concessões e de Sepultamentos, iniciados em 1872 e pesquisados até 1991²³, vo apresentando, paulatinamente, expressões que indicam a operacionalização que ocorre com a inserção do discurso higiênico na dimensão da cidade, dando-se uma apropriação do cemitério, não só como recinto onde se enterra e guarda os mortos, campo-santo, cidade dos pés-juntos, etc., mas que imprime significado higiênico e moral junto ao espaço urbano, que também passa a significar um lugar de memória.

O cemitério não responderia apenas às expectativas higinicas, mas instituiu-se também como espaço de cultuaço, que acreditamos ser de valores morais mais do que religiosos, ao contrário dos cemitérios administrados pelo clero católico. O culto aos mortos é estimulado em termos dos supostos valores morais que tinham em vida, instituindo-se, assim, uma existência idealizada dos mortos, com caráter público cívico.

O cemitério institui-se não apenas como moradia dos mortos, mas também como lugar de uma possível perpetuação ou mesmo de suporte da memória. O abandono assistido nos cemitérios no passado não nos parece apenas resultado de mero relapso, mas guardava a concepção de um mundo mais simples, onde bastava estar morto para ser enterrado. Devemos esclarecer, no entanto, que não entendemos que os cemitérios passaram a ter uma relação trançila com os higienistas, muito pelo contrário, uma série de decretos é instituída visando administrar a questão, principalmente após a proclamação da República.

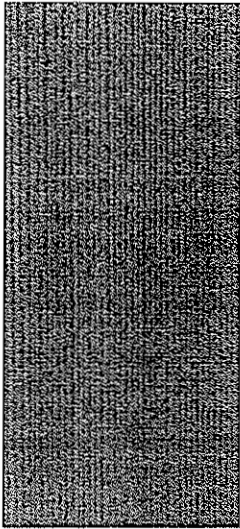
Os higienistas, obviamente, acreditavam naquilo que propunham, de que uma vez assegurada a prevenção, evitavam-se as doenças. E quando não as evitavam, por força das circunstâncias, estabeleciam-se outros inimigos. No entanto, com possíveis diferenças, os higienistas também estavam voltados para os individuos vistos como objetos de intervenção médica.

Nos finais do século XIX, os cemitérios tendem a destacar a transferência das condições sociais da cidade para o mundo dos mortos. Grandes monumentos são erigidos pelas famílias mais abastadas, estimulando a produção de uma arte funerária, onde incluímos os epitáfios; as fotografias, tentativas de se eternizarem na memória dos vivos e, num certo sentido, estabelecer as diferenças sociais dos que foram e dos que ficaram.

33

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano XIV/2007
Número 14



Nas páginas envelhecidas da Gazeta de Piracicaba: O Colégio Piracicabano e a constituição de seu currículo no findar do século XIX

Edivilson Cardoso Rafaeta¹

RESUMO

Aberto especialmente para atender filhas de uma sociedade republicana e urbana em gestação, o Colégio Piracicabano, instituição confessional metodista, teve sua primeira aula ministrada em 13 de setembro de 1881. Dirigido no período pela missionária e educadora Martha Watts, auferiu, nas notas e artigos veiculados em jornais locais, o prestígio de instituição escolar “moderna” dotada de um ensino “inovador”. Nesse artigo apresentamos alguns dados sobre a constituição do currículo da escola, resgatados por meio de análise cultural (Burke, 2000; Chartier, 1995) da *Gazeta de Piracicaba*, periódico que compõe o acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba (IHGP) e das missivas de Martha Watts, reunidas na obra *Evangelizar e Civilizar* (Mesquita, 2001). Como foi possível verificar, a constituição desse currículo “moderno” e “inovador” era, em certa medida, resultado das relações culturais de dependência que se constituíam no bojo da convivência entre os diversos agentes que compunham o colégio, sejam os organizadores, os alunos, os pais, ou mesmo os referenciais político e pedagógico que estavam em circulação, nas últimas décadas do século XIX.

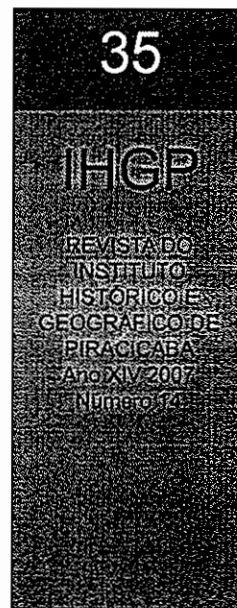
Palavras-chave

Currículo, Colégio Piracicabano, Martha Watts, Educação Feminina.

Aberto em 13 de setembro de 1881, pela missionária e educadora metodista Martha Hite Watts, o Colégio Piracicabano tinha como um de seus princípios fundantes educar as filhas de uma elite republicana local, oferecendo um ensino diversificado, e visando, entre outras coisas, possibilitar que o metodismo ganhasse adeptos e defensores por meio do ensino ministrado em seu interior.

Sua abertura se deu num longo movimento que durou mais de um terço de século, sendo fruto da conexão de uma série de interes-

¹ Mestrando da Faculdade de Educação da Universidade de Educação da Unicamp junto ao Grupo Memória, História e Educação, onde desenvolve pesquisa sobre os desdobramentos da educação feminina ministrada pela educadora estadunidense Martha Watts no Colégio Piracicabano, na cidade de Piracicaba/SP. A pesquisa, desenvolvida sob a orientação da Profa. Dra. Heloisa Helena Pimenta Rocha, conta com financiamento do CNPq.



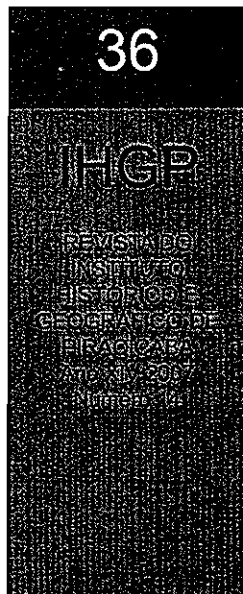
ses de diversas personagens que, ao confluírem num intento comum, possibilitaram a abertura de um colégio para meninas na cidade de Piracicaba, em fins do século XIX. Esse processo se iniciou nas primeiras décadas do oitocentos, quando em 1830 a Igreja Metodista do sul dos Estados Unidos enviou seus primeiros missionários às terras brasileiras. A missão enfrentou uma série de problemas e acabou sendo encerrada em 1835, quando os missionários retornaram ao seu país de origem (GOLDMAN, 1972).

Em meados do século XIX, no período que envolve a Guerra de Secessão, grupos estadunidenses deixaram os EUA e se instalaram em várias colônias situadas nas províncias brasileiras, até que se concentraram na região de Santa Bárbara D'Oeste, devido a fatores como a qualidade da terra, o fácil escoamento dos produtos, a proximidade das linhas férreas que cortavam a região e o baixo preço das terras. Esses imigrantes fizeram tentativas de conservar a cultura de seu país de origem. Sendo muitos deles protestantes e maçons, acabaram por fundar a primeira igreja metodista no Brasil (1871) e a primeira loja maçônica da região ("Washington Lodge") em 1874. Possivelmente, foi nesses ambientes que os imigrantes estadunidenses estabeleceram contatos que, posteriormente, colaboraram na abertura do Colégio Piracicabano (DAWSEY, 2005).

A presença de missionários presbiterianos que, em 1870, decidiram abrir um colégio para atender os filhos de uma elite situada na região de Campinas, foi igualmente importante para a abertura do Piracicabano. Esses agentes desejavam aproximar-se da elite campineira e, desse modo, encontrar apoio para a difusão de seus preceitos religiosos. O êxito alcançado por esses missionários na abertura do colégio fez com que J. J. Ransom, missionário metodista enviado ao Brasil em 1876, passasse a olhar a abertura de um colégio como a melhor estratégia de divulgação do metodismo em território brasileiro (HILSDORF BARBANTI, 1977 e 1986).

É nesse momento que o apoio de elites republicanas da região de Piracicaba (especialmente os irmãos – advogados e maçons – Prudente e Manoel de Moraes Barros, prestadores de serviços aos colonos norte-americanos de Santa Bárbara), desejosas de mudanças no cenário político brasileiro, e aspirantes de uma educação diferenciada daquela vigente durante o Império, vão oferecer auxílio para que o colégio metodista seja instalado na cidade. Se por um lado os missionários metodistas desejavam um meio de aproximação das elites brasileiras, por outro essas elites progressistas e republicanas desejavam um colégio com um ensino diferenciado daquele oferecido até então, no qual pudessem educar seus filhos.

Em meio a todo esse contexto, é que o Colégio Piracicabano pôde ser fundado, ao findar de 1881, sob a direção de Martha Watts. Muitos dos elos de ligação estabelecidos entre os sujeitos envolvidos, foram fruto dos cenários por onde essas personagens transitavam, tendo como pano de fundo a questão política efervescente, na qual várias lideranças se articularam para pôr fim ao regime monárquico brasileiro. Entendemos que todo esse panorama possibilita vislumbrar, de um modo mais abrangente, um leque de questões (políticas, econômicas,



sociais e culturais) que foram postas em movimento e se aproximaram para a efetivação de um projeto.

Entre latim e zoologia: o currículo do Colégio Piracicabano

Em 14 de fevereiro de 1883, por ocasião da festa de lançamento da pedra fundamental do prédio do Colégio Piracicabano, realizada dias antes, a *Gazeta de Piracicaba* publicou alguns dos discursos que foram lidos pelos oradores ao longo da celebração. Dentre eles, a composição de Maria Escobar, primeira aluna do colégio, é modelar. Num discurso centrado na defesa da educação feminina, apresenta diligentemente sua posição favorável à disseminação dessa prática educativa na sociedade da época (G.P., 14/02/1883, p. 1). Sua escrita denota traços de um conhecimento intelectual e ainda chama a atenção pelo fato de ter discursado diante de uma platéia ilustre e ao lado de oradores importantes, como os políticos Manoel de Moraes Barros, Rangel Pestana, o reverendo J.J. Ranson e outros (G.P., 14/02/1883, p. 1).

A apresentação pública de uma das alunas do colégio durante uma festividade na qual participou uma gama variada de figuras de destaque local na época, coloca-nos importantes questões. Afinal, como estava estruturado o currículo do colégio de modo que possibilitasse a uma de suas alunas discursar em uma cerimônia pública²? Em que medida essa estruturação era fruto de experiências educacionais vividas pelos seus organizadores em instituições de ensino norte-americanas? Que outras questões internas e externas atuavam como delimitadoras das estratégias de organização e difusão dos saberes escolares? Quais dispositivos regulavam as relações de dependência que atuavam como delimitadoras no processo de configuração do colégio? (CARVALHO, 2001; VINCENT, LAHIRE, 2001).

Na tentativa de responder algumas das inquições acima, o jornal *Gazeta de Piracicaba* e as cartas escritas por Martha Watts operam como importantes meios de informação na busca da constituição do currículo oferecido pelo Piracicabano.

Em meados de 1882, a *Gazeta* fez circular uma pequena nota, relatando os exames que se efetuaram em 15 de junho. Nela, podemos verificar algumas das matérias que foram ensinadas ao longo do período de aulas que antecedeu os exames.

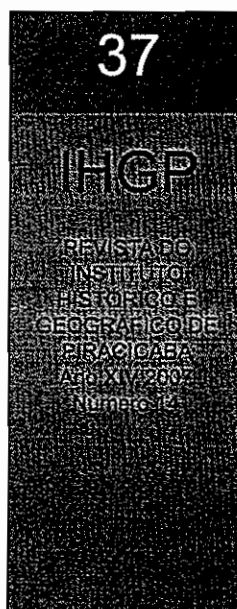
Assistimos anteontem aos exames que se efetuaram neste colégio.

O progresso das alunas, a boa ordem, o método de ensino e as mais qualidades que são fundamentos dos colégios mais próprios para espalhar a educação e sólida instrução, na nossa sociedade patentearam-se aos ouvintes.

Sentimos em não poder apontar o que mais atraiu nossa atenção.

Falta-nos o tempo, visto esta folha achar-se em ponto de ser impressa.

² Num bellissimo trabalho sobre a moralidade e a modernidade nas décadas iniciais do século XX, Sueann Caulfield, ao investigar casos que envolviam concepções a respeito da honestidade sexual no Brasil do período, destaca como as mulheres eram regidas socialmente por uma moralidade comum, a qual cerceava sua vida em muitos sentidos, dentre eles a restrição ao espaço doméstico, pois o espaço público era lido como circunscrito ao primado masculino (Cf. Caulfield, 2000).



3 É importante ressaltar que, embora o colégio fosse voltado especialmente à educação feminina, funcionando como internato/externato para meninas, também recebia “meninos bem comportados até 14 anos”, no regime de externato (G.P. 01/02/1895, p. 2).

4 A *Gazeta de Piracicaba* veiculou a publicidade de 14 a 28/01/1883, sempre na seção de anúncios localizada, em geral, na página 4. Importa lembrar que o jornal circulava, nesse período, às “quartas, sextas e domingos, não havendo dias santificados”, o que significa que o anúncio foi publicado em cinco edições sucessivas do jornal (G.P., janeiro/1883).



Resumiremos, pois, dizendo que os Exercícios de Álgebra, Aritmética, as poesias Portuguesas, Francesas e Inglesas, recitadas por inteligentes meninas, satisfizeram plenamente aos espectadores e deram provas evidentes da habilidade e ilustração das professoras. (G. P., 17/06/1882, p. 2)

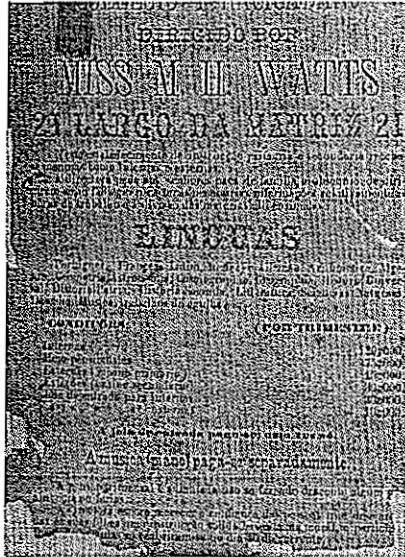
Álgebra, aritmética, poesias em português, francês, inglês. Essas são algumas das matérias que foram apresentadas nos exames do colégio no final do primeiro semestre de 1882. Embora não fomesse detalhes, o redator da nota jornalística refere-se também à “boa ordem” e ao “método de ensino”.

Numa das cartas enviadas por Martha Watts à Junta de Mulheres, entretanto, esse exame é apresentado detalhadamente. Ela descreve como o mesmo foi preparado e a surpresa com que professores e alunos receberam a notícia, pois “as crianças nunca haviam visto coisa alguma a respeito de exames escritos” e, por isso, “se perguntavam como seria”. Acrescenta, ainda, que os professores, “que não estavam acostumados a [seu] modo de correção e organização das provas”, acabaram tomando “o trabalho com entusiasmo” (MESQUITA, 2001, p. 46).

Muitos dados sobre o trabalho pedagógico desenvolvido no colégio foram descritos por Martha Watts, especialmente as disciplinas ensinadas. Suas palavras manifestam um tom de satisfação quanto aos resultados, o que era de se esperar, uma vez que, por meio de suas cartas, ela oferecia informações à Sociedade de Mulheres, mantenedora da instituição. Na realidade, o que fazia era uma espécie de prestação de contas. Sendo assim, deveria, evidentemente, demonstrar entusiasmo e satisfação com o trabalho que era ainda inicial. Embora não estejam tentando desabonar os resultados dos exames com esse apontamento, não se pode deixar de considerar o contexto de produção dessa fonte e os objetivos que orientaram a sua produção.

Contudo, é possível retirar de seu relato indícios sobre a instrução ministrada no colégio. As matérias citadas pelo redator da notícia anteriormente apresentada, são confirmadas pela carta: álgebra, aritmética, poesias em português, francês, inglês. A essas são acrescentadas outras, como: alemão, botânica e música. Não se menciona qualquer matéria voltada aos “bons modos” das alunas³, embora essa fosse uma preocupação que, certamente, a acompanhava, pois faz menção ao comportamento “modesto”, “virginal”, “digno”, além da “doçura” e “diligência” de algumas de suas alunas (MESQUITA, 2001, p. 46).

O relato da cerimônia do exame faz desfilar diante do leitor o rol de matérias ensinadas, bem como algumas das matérias que viviam a transmissão dos conteúdos e a formação moral das alunas. Encerrando modos distintos de abordagem, a professora se refere à organização das aulas, expondo uma a uma as disciplinas que compunham o currículo do colégio. Mas é em uma propaganda do Piracicabano, veiculada em cinco edições da *Gazeta*, no início de 1883, que uma lista completa das matérias ensinadas no colégio ganha corpo⁴.

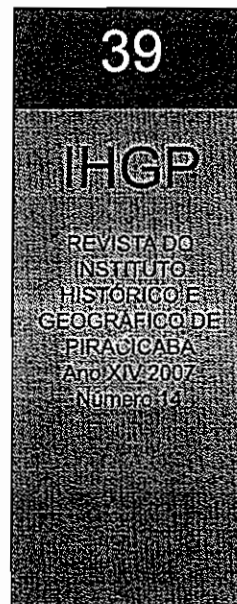


Gazeta de Piracicaba, 14 a 28/01/1883, p. 4. Dimensões da Página Inteira
Largura 1944 x Altura 2592 (Pixel) – Arquivo IHGP

Conforme consta no anúncio, o currículo do colégio contava com o ensino de cinco línguas (português, francês, latim, inglês e alemão), além de aritmética, álgebra, geometria, astronomia, cosmografia, geografia, história universal, história pátria, história sagrada, literatura, ciências naturais, desenho, música e trabalhos de agulha. Quando a *Gazeta* relatou os exames do segundo semestre de aulas do colégio em 28 de dezembro de 1883, outras matérias, que não constavam na propaganda veiculada no início desse ano, foram referidas pelo redator. Eram elas: física, química, ginástica e anatomia. Possivelmente as matérias química e física não constavam do anúncio porque, sob o título de ciências naturais, incluíam-se "botânica, física, química, zoologia e mineralogia", as quais eram ministradas por meio "de espécimes de uma coleção organizada pela Prof^a Renolte" (MESQUITA, 1992, p. 193).

O ensino de ciências naturais recebia uma forte ênfase em todos os cursos. De acordo com Hilsdorf Barbanti (1977), a preocupação com o ensino das ciências exatas e naturais foi um dos elementos que, desde cedo, caracterizaram o Colégio Piracicabano como um "colégio renovado, em relação aos demais de sua época". Essa autora ressalta que, sendo um colégio voltado à educação feminina, o Piracicabano

justapunha nos seus programas de estudos regulares, disciplinas tradicionalmente afeitas a escolas de meninas, lado a lado com matérias científicas que nem mesmo os melhores colégios particulares masculinos de seu tempo ousavam apresentar. (p. 172)



⁵ O Externato de José M. de França Junior publicava, com certa frequência, anúncios de seu colégio. Curiosamente, no ano de 1882, o colégio mudou de endereço por duas vezes. No período de 15 de junho a 8 de agosto, os anúncios informavam que o externato havia "mudado da casa de D. Antonia Freire para a Rua do Comércio". A partir de 25 de outubro, as notas publicitárias informavam que o externato mudara-se "da Rua do Comércio para a Rua das Flores nº 30" (G.P., 15/06/1882, p. 2 e 25/10/1882, p. 3). Em 1884, juntamente com o professor Augusto Castanho, José M. de França Junior abriu um novo externato. Os alunos teriam aulas com os dois professores de "Português, Francês, Aritmética, Geometria, História, Geografia, Química e Física" e as aulas seriam "ministradas na casa do professor Augusto Castanho (G.P., 21/05/1884, p. 3).

Louro (2001) ressalta que "seria uma simplificação grosseira compreender a educação das meninas e dos meninos como processos únicos" (p. 444). Para além da questão do gênero, outros mecanismos também influenciavam na determinação das formas de educação utilizadas. As divisões de classe, etnia e raça tinham um importante papel nesse processo. Por exemplo, as crianças negras e os descendentes de indígenas não eram aceitos em escolas ou classes isoladas. Quanto aos imigrantes, em geral, acabavam estudando em escolas organizadas pelos próprios grupos, dotadas de práticas educativas diferentes.

No entanto, para as filhas de grupos privilegiados, o aprendizado da escrita, da leitura e das noções básicas de matemática eram, em geral, complementados pelo ensino do francês e do piano. Além destes, os trabalhos de agulha (bordados, rendas), as habilidades culinárias e o mando dos criados, também eram ministrados às moças. Com o currículo pensado dessa forma, as moças poderiam tornar-se uma companhia agradável para o homem e estariam plenamente preparadas para o domínio dos afazeres do lar (LOURO, 2001, p. 445-446).

Nesse contexto, podemos observar uma certa distinção no currículo do Piracicabano, uma vez que até mesmo os alunos do curso primário recebiam aulas de ciências naturais, valorizando-se a experiência do aluno, que estudava plantas, animais e objetos, fazendo as suas próprias investigações, enquanto a professora os dirigia e guiava, ensinando-lhes os termos corretos para exprimir as idéias por si mesmo adquiridas (HILSDORF BARBANTI, 1977; MESQUITA, 1993).

A comparação com colégios particulares existentes na cidade, no período, pode oferecer elementos para a compreensão da especificidade do ensino ministrado no Piracicabano. No colégio S. Sophia, por exemplo, que funcionava na cidade desde 1874, também destinado à educação feminina, o ensino era dividido em 1ª e 2ª classes e, enquanto os alunos da 1ª classe tinham aulas de primeiras letras, gramática portuguesa, aritmética elementar, lições de cousas e catecismo, os da 2ª recebiam aulas de português, francês, alemão, geografia, álgebra, história universal, pátria e sagrada, piano e canto, desenho e prendas domésticas (G.P., 03/09/1883, p. 2). Além disso, havia as aulas para o sexo feminino da Sra. Eulália Pinto de Barros e as aulas do Sr. Francisco J. Miguel. Contudo, sobre essas escolas, não circulou na *Gazeta de Piracicaba* nenhum informe publicitário que pudesse trazer informações sobre as matérias ensinadas. O fato de estarem organizadas apenas como externatos e a ausência de informes publicitários pode significar que se tratavam de colégios modestos.

Quando comparado aos colégios particulares masculinos, a distinção do currículo do Piracicabano se mantém. No externato masculino de José M. de França Junior, os meninos tinham aulas de português, francês, aritmética e geografia, de acordo com os anúncios que o mesmo veiculava na *Gazeta*⁶.

Na realidade, o currículo variado e distinto do Piracicabano, frente aos demais colégios da cidade, pode ser compreendido por uma série de fatores que somados resultam na configuração final que o mesmo recebera.

40

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano XIV 2007
Número 14

Primeiramente, o colégio fora montado e dirigido por missionários e professores estadunidenses, com experiência educacional em seu país de origem, que, de algum modo, tentavam aplicar aos educandos brasileiros, práticas pedagógicas que lhes eram comuns⁶. Em março de 1889, Watts declara que sua escola estava bem organizada, contudo, havia muitas classes, o que a obrigava possuir mais professoras “do que seria exigido se as crianças tivessem aproximadamente a mesma idade”. E conclui: “Lembro-me de ter oitenta e um alunos aos meus cuidados na Escola Pública de Louisville, e não achava muito, me orgulhava do número – mas elas formavam uma única turma” (MESQUITA, 2001, p. 89). Como as palavras da educadora demonstram, ela tentava aplicar no colégio sob sua direção, práticas de organização escolar que estava habituada a utilizar em seu país de origem. Certamente, a formação do currículo do Piracicabano também sofria intervenções dessa vivência.

Quanto ao ensino de várias línguas como inglês, francês, alemão, latim, além do português, novamente podemos notar a ação de tendências internas e externas atuando no processo de configuração de produção desses saberes. O Colégio Piracicabano recebia filhos de imigrantes no seu quadro de alunos, e era comum, a época, o desejo desses grupos em conservar parte de sua cultura⁷. Desse modo, as aulas de inglês e alemão tinham um intuito que excedia ao simples oferecimento de variadas línguas, visto que essa era também uma necessidade que se impunha externamente, pelo perfil de parte de sua clientela, constituída por filhos desses imigrantes.

Em janeiro de 1882, ainda nos estágios iniciais da escola, Martha Watts relata, em uma de suas missivas, a necessidade de receber o apoio de garotas recém formadas nos EUA, especialmente “aquelas com habilidade em música, francês e pintura”, para auxiliarem no trabalho, “afim de suprir as exigências de [seus] clientes”. E enfatiza “que as pessoas aqui [Piracicaba] estimam o talento mais do que os estudos práticos, e para alcançá-los devo lhes dar o que desejam” (MESQUITA, 2001, p. 41). Suas palavras oferecem um bom exemplo de como na formação do currículo do colégio uma série de fatores entrava em ação, regulando os processos de configuração e difusão desses conhecimentos. Assim, os processos de produção dessa escola estavam, em certa medida, regulados por dispositivos que norteavam sua constituição, seja pela demanda imposta pelas exigências da clientela, seja pela formação dos organizadores da instituição (CARVALHO, 1998).

Mesquita (1992), observa outro fator importante. De acordo com a autora, o Piracicabano pôde construir um currículo diversificado, “porque os cursos para mulheres não eram voltados para o ingresso nas academias como os dos colégios masculinos”, uma vez que a entrada em tais instituições era um privilégio exclusivo dos homens, até o final do Império. Sem a necessidade de atrelamento dos currículos das escolas femininas ao preparo para cursos superiores, uma diversidade maior de disciplinas podia ser incluída, de modo que acabou por se privilegiar a “formação pessoal e profissional da mulher” (p. 194).

Por fim, esse currículo variado, voltado para um ensino científico e composto por um amplo rol de disciplinas clássicas, insere-se

⁶ Martha Watts era professora na Escola Pública de Louisville, antes de vir ao Brasil. Assim como ela, boa parte do corpo docente do colégio era constituído por pessoas vindas dos EUA. A professora Renotte era francesa e, antes de ser contratada para ministrar aulas no Piracicabano, já tinha dado aulas em outros colégios na capital paulista (Cf. Mesquita, 2001; De Luca & De Luca, 2003).

⁷ Para verificar alguns dos alunos que foram matriculados no Colégio Piracicabano, ver: Hilsdorf Barbanti, 1977, p. 162.



ainda na lógica do processo de renovação dos programas da escola primária no Brasil, engendrado a partir de 1870, como parte de uma preocupação com a modernização educacional do país, em relação ao contexto internacional. O decorrer do século XIX foi marcado por um intenso debate sobre a questão política da educação e dos melhores meios para efetivá-la, elegendo-se a organização da escola como fator de progresso, mudança social e modernização. Era preciso uma nova forma escolar para formar um homem novo. Nesse contexto, é que se inserem as iniciativas de introdução de novas disciplinas nos programas de ensino, "especialmente ciências, desenho e educação física", justificando-se a introdução desses conteúdos com a alegação de que contribuiriam para a modernização do país (SOUZA, 2000, p. 15).

Além desses conteúdos, outros como a ginástica, a música e o canto, os valores morais e cívicos, o desenho, a escrituração mercantil, o sistema de pesos e medidas, as noções de horticultura e arboricultura, os trabalhos manuais, a higiene, a puericultura, a economia doméstica, entre outros, também passaram a compor o currículo das escolas, especialmente das instituições particulares. No que se refere especialmente ao ensino de ginástica, esse era visto como um "agente de prevenção dos hábitos perniciosos da infância, meio de constituição de corpos saudáveis, fortes e vigorosos, instrumento contra a degeneração da raça, ação disciplinar moralizadora dos hábitos e costumes", responsável pelo cultivo de valores cívicos e patrióticos imprescindíveis à defesa da nação (SOUZA, 2000, p. 16-17). Igualmente necessário era o ensino da música e do canto, capazes de dulcificar os costumes e fortalecer os valores cívicos, demonstrando seu caráter moral e utilitário.

No processo de formação, no qual o currículo do Piracicabano se constituiu, o que podemos observar são as relações que, interna e externamente, operavam os mecanismos de engendramento dos saberes a serem veiculados pela instituição. Nesse processo de configuração, dificuldades e conflitos permearam as relações, até darem sentido a uma organização que, de acordo com as fontes pesquisadas, sobrepunha-se à estruturação curricular dos colégios locais, oferecendo uma gama de ensino que, certamente, podia se identificar mais facilmente com sua clientela, pois buscava atender a certas especificidades (como o ensino de algumas línguas, por exemplo) que essa almejava.

Desse modo, é possível compreender, em certa medida, a constituição desse currículo como resultado das relações culturais de dependência que se constituíam no bojo da convivência entre os diversos agentes que compunham o colégio, sejam os organizadores, os alunos, os pais, ou mesmo os referenciais político e pedagógico que estavam em circulação nas últimas décadas do século XIX. Tal observação nos permite compreender que mesmo as unidades escolares particulares, num momento histórico em que as políticas educacionais não conseguiam exercer uma centralização e um controle sistemáticos da organização escolar, estavam sujeitas a regras impessoais capazes de cercear, e até mesmo alterar, princípios pedagógicos ambicionados por seus organizadores.



BIBLIOGRAFIA

- BARBANTI HILSDORF, M. L. S. (1977). *Escolas americanas de Confissão Protestante na província de São Paulo: um estudo de suas origens*. São Paulo, 1977. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.
- _____. (1986). *Francisco Rangel Pestana: Jornalista, Político, Educador*. São Paulo. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.
- BURKE, P. (org.), (2000). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP.
- CARVALHO, M. M. C. de. (1998). Por uma história cultural dos saberes pedagógicos. In: SOUZA, C. P.; CATANI, D. B. *Práticas educativas, culturas escolares. profissão docente*. São Paulo: Escrituras Editora.
- CHARTIER, R. (1990). *A História Cultural - Entre Práticas e Representações*. Lisboa: Difel.
- _____. (2001). Caixa de utensílios e a biblioteca: Pedagogia e práticas de leitura. In: VIDAL, D. G; HILSDORF, M. L. S. *Brasil 500 anos: Tópicos em História da Educação*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- DAWSEY, J. C. (2005). *Americans: imigrantes do velho sul no Brasil*. Piracicaba/SP: UNIMEP.
- DE LUCA, L.; DE LUCA, J. B. A. (2003). Marie Rennotte, pedagoga e médica: subsídios para um estudo histórico-biográfico e médico-social. In.: *Manguinhos*. Vol. 10, nº 2. Rio de Janeiro.
- GOLDMAN, F. P. (1972). *Os pioneiros americanos no Brasil: educadores, sacerdotes, covos e reis*. São Paulo: Pioneira.
- LOURO, G. L. (2001). Mulheres na sala de aula. In.: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. 5ª ed. São Paulo: Contexto.
- MESQUITA, Z. (1993). *Educação Metodista: Uma questão não resolvida*. Dissertação (Mestrado em Educação). UNIMEP.
- _____. (1995). A proposta educacional metodista no Brasil: fase de implantação (1876-1914). In.: *Revista do Cogeime*. nº 6, junho/95.
- _____. (2001). *Evangelizar e civilizar: cartas de Mattha Watts, 1881-1908*. Piracicaba: Editora Unimep.
- SOUZA, R. F. (2000). Inovação educacional no século XIX: A construção do currículo da escola primária no Brasil. *Cadernos Cedex*, ano XIX, nº 51, pp. 9-28, nov.

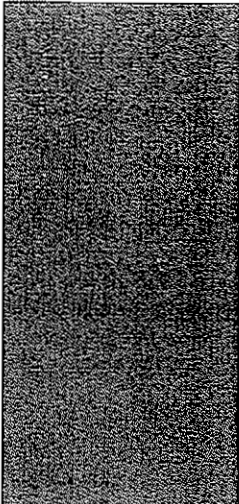


VINCENT, G.; LAHIRE, B. (orgs). (2001). Sobre a História e a Teoria da Forma Escolar. In: *Educação em Revista*. Belo Horizonte, n. 33, junho.

Periódico: *Jornal Gazeta de Piracicaba*. Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba (IHGP)

44

IHGP



As origens dos institutos históricos e geográficos no Brasil

Lucy Desjardins Romani

RESUMO

Com o retorno de D. Pedro I à Portugal, deixando o trono para seu filho, o Brasil enfrentou uma forte instabilidade política, com movimentos separatistas em diversas regiões. Trata-se do contexto de fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), objetivando contribuir para a integralidade política do país. Assim, uma das principais tarefas da instituição era garantir uma identidade à nação brasileira. Para isso, era preciso coletar documentos relevantes à história do país e criar instituições regionais que seguiriam o modelo do IHGB. Desde o início, o IHGB procurou manter contato com instituições internacionais. Em suas publicações, nota-se a tentativa de compreender o papel civilizador atribuído aos portugueses, enquanto indígenas e africanos eram vistos como entraves ao progresso. O projeto historiográfico do Instituto pretendia, portanto, apontar as possibilidades de desenvolvimento do Brasil e de sua participação no mundo civilizado.

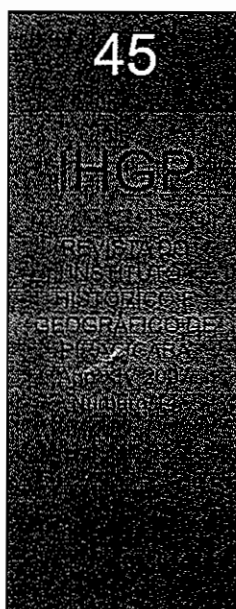
Palavras-chave

IHGB; História do Brasil; Civilização

No início do século XIX, o Brasil havia experimentado o processo de emancipação e, em consequência disto, procurava-se a legitimação do poder estabelecido após a Independência. Porém este poder se viu ameaçado com o retorno de D. Pedro I à Portugal. Em 1831, o imperador deixou o Brasil, transferindo a coroa para seu filho, então sem idade suficiente para assumir o trono. Assim, se iniciava o chamado Período Regencial, no qual a responsabilidade pelo governo do país se encontrava nas mãos dos regentes. Tal situação gerou descontentamento e levantes em algumas províncias.

Durante a regência de Feijó, que defendia o fim da escravidão e admitia a independência do Rio Grande do Sul, reivindicada pela Revolução Farroupilha, várias lideranças políticas reconheceram a necessidade de centralização estatal. Nesse quadro, emergia um grupo de políticos moderados que recusava o absolutismo e a lusofobia dos

1 Graduada em História
pela UNIMEP.



2 CALLARI, Cláudia Regina. "Os Institutos Históricos – do patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes". In: *Revista Brasileira de História*, v. 21, nº 40, São Paulo, 2001, p. 64.

3 SANCHEZ, Edney Christian Thomé. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: um periódico na cidade letrada brasileira do século XIX*. 2003. f. 28. Dissertação – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

4 *Ibidem*, f. 29-30.

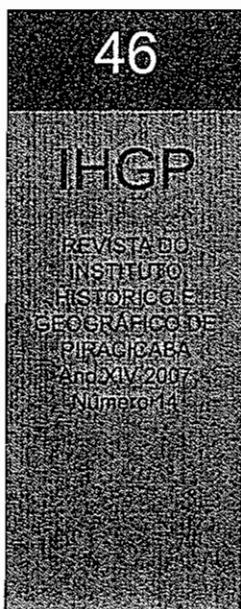
5 *Ibidem*, f. 31.

últimos anos do Primeiro Reinado e, ao mesmo tempo, afastava-se do liberalismo radical e do republicarismo. Consideravam a monarquia constitucional como a melhor saída para o Estado brasileiro, pois asseguraria a ordem frente à ameaça do caos². Os moderados conseguiram antecipar a maioria de D. Pedro II na tentativa de centralizar o poder político em torno da sua figura.

No contexto descrito acima, foi fundado, em 1838, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), cuja preocupação principal era manter a integralidade política do país. Criado a partir de uma proposta veiculada no interior da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), apresentada por Raimundo José da Cunha Mattos e Januário da Cunha Barbosa no final de 1838, o IHGB iniciou suas atividades no mesmo ano, na capital do Império. Seus estatutos definiram os objetivos dos trabalhos: a coleta e publicação de documentos relevantes para a história do Brasil e o incentivo, inclusive no ensino público, aos estudos de natureza histórica. Além disso, o IHGB pretendia manter relações com instituições congêneres, tanto nacionais como internacionais. As nacionais constituíram uma rede institucional, cujo objetivo seria recolher dados sobre as diferentes regiões do país, cabendo ao IHGB o papel de centralizar, armazenar e organizar o material obtido. O Instituto procurava manter contatos internacionais, especialmente na Europa. Vale destacar que em 1889 o número de instituições estrangeiras que mantinham correspondência com o IHGB suplantava o de instituições nacionais. Eram 136 instituições estrangeiras, com destaque para o Institut Historique de Paris (IHP), que lhe servira de modelo, contra 97 brasileiras³.

Foi importante o papel do IHP na criação do IHGB. Fundado em 1834 por Eugène Monglave, o IHP foi, sem dúvida, um modelo para o IHGB. Contava com vários brasileiros entre seus membros, entre eles Januário da Cunha Barbosa e Raimundo José da Cunha Mattos, fundadores do Instituto brasileiro, além de José Feliciano Fernandes Pinheiro, primeiro presidente deste último. A ideia de correspondência entre as instituições foi proposta logo no primeiro estatuto do Instituto brasileiro. Pensava-se fazer do IHP uma espécie de avaliador do IHGB no plano internacional. Além disso, o Instituto parisiense foi responsável pelos primeiros contatos do IHGB com outras instituições europeias. Monglave, além de louvar a iniciativa de criação da entidade brasileira, afirmou que sua *Revista* havia sido bem recebida na Europa. Considerado um "entusiasta das coisas do Brasil", Monglave manteve correspondência com o Instituto brasileiro⁴.

Outro objetivo presente logo nos primeiros estatutos foi o de produzir uma revista trimestral, na qual se publicaria, além das atas e trabalhos do Instituto, as memórias de seus membros e notícias ou extratos de obras publicadas pelas outras sociedades, estrangeiras ou nacionais⁵. A publicação da revista do Instituto representava, segundo Sanchez, o "coroamento de seus esforços" em reunir e armazenar documentos e fontes históricas. No que se refere à preocupação com o ensino, a proposta do IHGB era de preparar os filhos das elites para o desempenho de funções dentro do quadro administrativo do Estado. No mesmo contexto, funda-se, em 1837, o Colégio Pedro II, que tam-



bém mantinha relações estreitas com o monarca e era financiado pelo Estado. Muitos de seus professores eram membros do IHGB.

Além desses objetivos explicitamente apresentados em seus estatutos, os documentos sobre a fundação do IHGB demonstram, segundo Wehling, a busca de outros fins: "o 'esclarecimento' da sociedade, pelo desenvolvimento da 'cultura literária', levando a um aprimoramento das relações sociais; o aperfeiçoamento da administração pública, com a formação de melhores quadros funcionais; e o exercício mais aperfeiçoado de cargos eletivos"⁶.

Independente da SAIN desde o início, o IHGB definiu em seus estatutos o número de cinquenta membros ordinários e um número ilimitado de sócios nacionais e estrangeiros, além de sócios de honra. No que se refere ao acesso a estes postos, a escolha dos membros não obedecia a critérios relacionados ao mérito de suas produções. As relações pessoais, imprescindíveis em uma sociedade de corte, eram mais valorizadas. O ingresso no Instituto acontecia por meio da indicação de outros membros que reconheciam a capacidade intelectual dos seus pares. Tal critério era característico da academia de tipo ilustrado e divergia do que começava a ocorrer na Europa, onde o processo de escrita e disciplinarização da história se efetuava no espaço universitário. Além disso, outro fator que por vezes deixava o mérito em segundo plano era a forte vinculação com o Estado⁷. Neste ponto, destacamos o perfil dos fundadores do Instituto: em sua grande maioria, desempenhavam funções no aparelho estatal, sendo magistrados, militares e burocratas. O fato da produção historiográfica ser conduzida por essas elites letradas no interior de uma instituição que conservava o modelo das academias do século XVIII, a caracterizava, segundo Guimarães, como uma produção de influência ilustrada⁸. A grande presença de literatos é mais um fator a se destacar, pois, na primeira metade do século XIX, a história, no Brasil, ainda se encontrava inserida num campo literário mais amplo, isto é, ainda fazia parte do mundo das letras. Na Idade Média e no início da Era Moderna, por exemplo, a fronteira entre história e ficção era extremamente aberta e difícil de ser localizada. O que classificariamos como ficção podia ser definido como história por muitos leitores medievais⁹. Porém, a partir do fim do século XVIII, o diletaute paulatinamente se distanciava do cientista, tornando cada vez mais visíveis os contornos de áreas de pesquisa cientes de sua autonomia. No decorrer do século XIX, quando a história começava a se constituir como ciência, quando se passou a falar de profissionalização e especialização do historiador, a desvinculação pôde ser observada mais claramente¹⁰. Todavia, no princípio do IHGB, a diferença entre literato e historiador apenas se iniciava.

Além da marcante participação da elite letrada nas produções do IHGB, destacamos também a presença constante de D. Pedro II. Desde sua fundação, o Instituto se colocou sob a proteção do imperador, o que representaria ajuda financeira crescente a cada ano, chegando a 75% de seu orçamento. A partir do final da década de 1840, D. Pedro II se fez cada vez mais presente na instituição, passando a frequentar com maior assiduidade as reuniões. D. Pedro II interessou-se pessoalmente pelo IHGB, tendo presidido um total de 506 sessões,

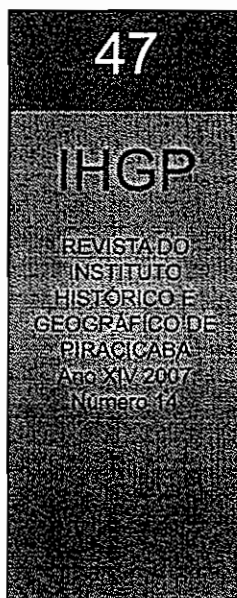
6 WEHLING, Arno. *A invenção da História*. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho/UFGF, 1994, p.156.

7 GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. "Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional". In: *Estudos Históricos*, n.1, 1988, p.11.

8 *Ibidem*, p.11.

9 BURKE, Peter. "As fronteiras instáveis entre História e Ficção". In: *Gêneros de fronteira – Cruzamentos entre o Histórico e o Literário*. São Paulo: Xamã, 1997, p. 109.

10 LEPENIES, Wolf. "Introdução". In: *As Três Culturas*. São Paulo: Edusp, 1996, pp. 11-12.



11 SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador – D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999, p.127.

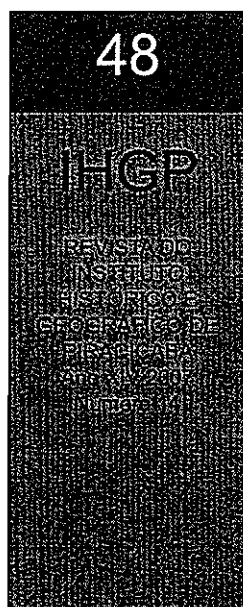
12 GUIMARÃES, "Nação e Civilização...", p. 13.

13 WEHLING, Arno. *Estado, História, Memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p.45.

14 GUIMARÃES, "Nação e Civilização...", p. 13.

se ausentando apenas em caso de viagem. Tal fato torna-se mais relevante quando comparado à pequena participação do monarca na Câmara, onde só aparecia no começo e final do ano para abrir e fechar os trabalhos¹¹. A marcante presença do imperador demonstra a grande importância da instituição no processo de manutenção da unidade política e no projeto de constituição da nação brasileira. A partir de 1850, o IHGB priorizou a produção de trabalhos inéditos nos campos da história, geografia e etnologia, relegando para segundo plano a tarefa até então prioritária de coleta e armazenamento de documentos. Paralelamente, a admissão ao Instituto, embora ainda permeada pelas relações pessoais, foi cada vez mais determinada pelo mérito e pela produção historiográfica dos candidatos, no momento em que se começava a definir com maior clareza a separação entre a história e as outras formas literárias. No que se refere à relação entre história e literatura, foi a temática indígena que teve um papel determinante na definição dos dois campos. Entre eles, travou-se um acirrado debate sobre a transformação do indígena em símbolo e representante da nacionalidade brasileira. Nesse aspecto, destaca-se a posição tomada por Varnhagen em oposição ao indianismo de Gonçalves Dias, que vinculava o indígena como expressão da brasilidade, o que para Varnhagen significava uma idéia subversiva¹². Enquanto a literatura muitas vezes representava o índio de forma idealizada, Varnhagen pretendia deter-se na investigação empírica, no domínio das técnicas de análise documental¹³, almejando desmistificar a figura romântica do selvagem.

Em meados do século XIX, a história já tinha assumido o papel de contribuir para as decisões de natureza política. Cabia ao historiador orientar as realizações de seus contemporâneos, isto é, a história aparecia como um instrumento capaz de ajudar a definir o futuro, pois possibilitava, segundo muitos intelectuais do período, a compreensão do presente a partir do passado. Novamente pode-se observar a influência, no IHGB, das academias ilustradas dos séculos XVII e XVIII, nas quais a idéia de progresso foi desenvolvida. A título de exemplo, destaca-se a valorização, no decorrer do século XIX, dos estudos etnográficos, arqueológicos e lingüísticos, em especial os relativos aos indígenas, que procuravam estabelecer uma linha evolutiva por meio da qual ficaria assinalada sua inferioridade em relação à civilização européia: "o que capacitaria ao investigador da história brasileira a recuperar a cadeia civilizadora, demonstrando a inevitabilidade da presença branca como forma de assegurar a plena civilização"¹⁴. A ligação da história à idéia de progresso demonstra a relação das produções do IHGB com a concepção de história que amadurecia no decorrer do período. A partir de então, o conhecimento histórico deveria passar a ser comprovado empiricamente e os historiadores buscavam provas objetivas e impessoais do desenvolvimento civilizatório, guardando distância e garantindo a imparcialidade. Essa concepção pode ser observada nas viagens exploratórias financiadas pelo Instituto, nos estudos etnográficos e na procura de fontes primárias, consideradas imprescindíveis à história. No Instituto, a preocupação com a documentação evidenciava-se na publicação, em especial nos primeiros anos da *Revista*, de



grande número de relatos de viagens e relatórios oficiais produzidos desde o período colonial.

Outro aspecto dessa concepção de história que emergia na Europa, era a preocupação com a construção da nacionalidade. Como alguns países europeus, o Brasil também passava por um processo de estabelecimento do Estado Nacional ameaçado por forças separatistas. O projeto de pensar a história brasileira foi sistematizado a partir dessa perspectiva. Delineava-se a tarefa de traçar um perfil para a Nação brasileira, capaz de lhe garantir identidade própria. Externamente, essa identidade assinalaria o lugar do Brasil no conjunto mais amplo de países civilizados e definiria o "outro" em relação ao país. Nesse sentido, o projeto nacional apresentado pelo IHGB não se definia em oposição à antiga metrópole. Ao contrário, procurava apresentar a nova Nação como continuadora da tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa¹⁵. Por outro lado, a pretendida identidade nacional foi importante no sentido de legitimar o poder monárquico, que era apresentado como um modelo político diferente e mais estável que o das repúblicas latino-americanas. A Nação brasileira, portanto, era entendida pelo IHGB como representante da ordem civilizada no Novo Mundo, enquanto as repúblicas vizinhas apareciam como representações da barbárie e do caos. Ao mesmo tempo, internamente, o papel civilizador atribuído aos portugueses justificou a exclusão ou a posição subalterna daqueles que não seriam os portadores dessa noção de civilização¹⁶. Dessa forma, o conceito de Nação operado é restrito aos europeus; índios e negros sendo considerados um problema para sua constituição. Reconhecia-se a dificuldade de integrar na sociedade brasileira homens marcados pelo trabalho escravo ou pela vida selvagem. Assim, a preocupação com o desvendamento da gênese da Nação brasileira mobilizou os letrados do IHGB. Isto pode ser ilustrado pelo texto do alemão Carl F. P. von Martius, escrito para um concurso proposto pelo Instituto com o objetivo de indicar a melhor maneira de escrever a história do Brasil¹⁷. Martius apontou o papel das "três raças" no processo de formação do país, processo peculiar, pois era marcado pela mescla entre elas¹⁸. Primeiramente, valorizou os estudos relativos aos indígenas na perspectiva de integrá-los à Nação. Num segundo momento, o autor destacou o papel civilizador do branco português, resgatando a importância dos bandeirantes e das ordens religiosas na tarefa desbravadora. Já o elemento negro obteve pouca atenção de Martius, o que Guimarães aponta como "reflexo de uma tendência" no modelo de produção da história nacional: "a visão do elemento negro como fator de impedimento ao processo de civilização"¹⁹.

Assim, a leitura da história empreendida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro apresentava dois objetivos principais: elucidar a gênese da Nação brasileira; compreendê-la a partir dos conceitos de civilização e progresso dos séculos XVIII e XIX. Dessa forma, seu projeto historiográfico pretendia levantar os elementos fundamentais da identidade nacional e apontar as possibilidades de desenvolvimento e de participação no mundo civilizado.

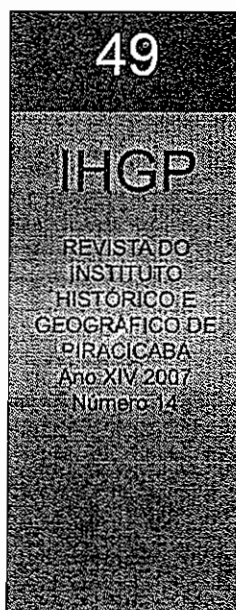
15 *Ibidem*, p.7.

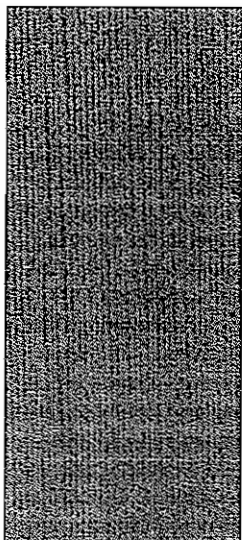
16 *Ibidem*, p. 15.

17 MARTIUS, Carl F. P. von. "Como se deve escrever a História do Brasil". In: *O Estado de Direito entre os autóctones do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda; Edusp (Coleção Reconquista do Brasil,58), pp. 85-107. – texto escrito em 1843 e publicado na Revista do IHGB v.6, n.24, de 1845.

18 *Ibidem*, p.87.

19 GUIMARÃES, "Nação e Civilização...", p. 19.





As Origens da Imagem do Caipira

Luiz Francisco Albuquerque e Miranda

RESUMO

O texto discute as representações dos caipiras do sudeste do país presentes nos relatos de viagem de Auguste de Saint-Hilaire, Carl F. P. von Martius e Johann B. von Spix. Além de investigar os viajantes, procura-se indicar como suas representações foram assimiladas ao longo do século XIX e, no início do século XX, repercutiram nas obras da literatura regionalista que aborda as populações rurais do interior de São Paulo. Assim, é possível sugerir uma certa continuidade entre as imagens presentes nos relatos de viagem e as figurações do caipira da literatura regionalista.

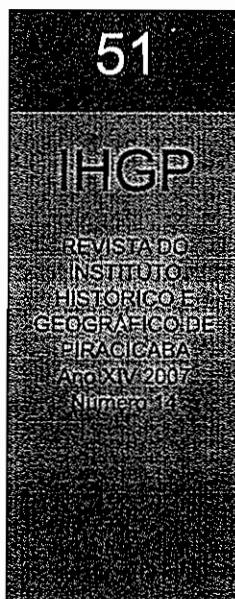
Palavras-chave:

Caipiras, Viajantes, Interior paulista, Civilização

Piracicaba, como outras cidades do interior paulista, tem sua identidade fortemente relacionada com a imagem do caipira. Mas, afinal, como podemos definir o caipira? A resposta parece fácil: pensamos imediatamente nos indivíduos retratados por Almeida Júnior ou no Jeca Tatu de Monteiro Lobato. Outras figuras poderiam ser lembradas sem dificuldade: os personagens dos filmes de Mazzaropi, o "Chico Bento" dos quadrinhos de Mauricio de Sousa, ou mesmo o "Nhô Quim", símbolo inesquecível do XV de Novembro criado por Edson Rontani. A indústria cultural apropriou-se muito bem das representações que esses artistas produziram. Ainda que todas elas não sejam idênticas, caracterizam, cada uma a seu modo, o homem de um mundo rústico, simples, distante da ordem urbana e industrial. Um homem que fala "errado" e, muitas vezes, encontra-se em conflito com as manifestações do progresso.

Este texto não foi escrito para mostrar que essa imagem tradicional está equivocada. Todavia, pretendo indicar como ela começou a ser concebida no princípio do século XIX. A figura do caipira não é um simples "dado de realidade" e, ainda que não seja uma mentira, trata-se de um produto cultural que representa as populações marginais da

1 Professor do Curso de História da UNIMEP e doutor em Filosofia pela UNICAMP.



2 SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000, p. 5. O referido "Prefácio" foi escrito em 1830.

América Portuguesa a partir de um determinado ponto de vista. Ela, como veremos a seguir, foi proposta por intelectuais convencidos da superioridade da civilização européia e prontos a defender sua implantação nos sertões do Brasil. É curioso que essa imagem depreciativa tenha se transformado em símbolo identitário de boa parte dos paulistas. Analisemos, então, os primeiros discursos a respeito dos caipiras.

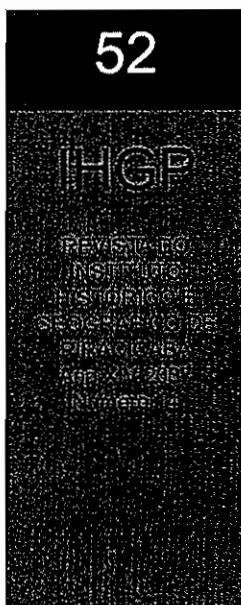
Nos relatos dos viajantes europeus do início do século XIX, as formas de agir e pensar das populações do interior da América Portuguesa muitas vezes foram apresentadas como entraves para o avanço do processo civilizador. Depois da abertura dos portos brasileiros em 1808, em decorrência da chegada da família real ao Rio de Janeiro, foram freqüentes as viagens de cientistas, comerciantes e artistas europeus. Analiso aqui os trabalhos de três viajantes: o francês Auguste de Saint-Hilaire e os alemães Carl F. von Martius e Johann B. von Spix. Todos eram naturalistas e observaram a América Portuguesa a serviço de academias de ciência de seus países de origem. O primeiro visitou o centro-sul do Brasil entre 1816 e 1822 e escreveu a respeito das províncias de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo, Goiás, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os alemães percorreram juntos, de 1817 a 1820, uma vasta área de São Paulo ao Amazonas. Convém salientar que, neste trabalho, meu interesse limita-se às descrições das antigas províncias de São Paulo, Minas Gerais e Goiás, áreas de inserção da chamada cultura caipira.

No "Prefácio" da *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, o botânico Auguste de Saint-Hilaire, referindo-se à Independência do Brasil, insere um rápido comentário que resume sua percepção das populações do interior do país:

Mas é preciso dizer, apesar da feliz revolução a cujos primórdios assisti, e que permite conceber para o futuro dos brasileiros tão belas esperanças, não deve ter havido grandes mudanças no interior do país. Faltam os elementos para reformas rápidas em regiões de população tão pouco densa e ignorância ainda tão profunda.²

Nas linhas acima, nota-se o contraste entre os brasileiros que participaram da "bela revolução" – a Independência – e os habitantes do interior, estagnados, alheios às "reformas rápidas" e caracterizados como ignorantes que habitam os confins do país. O texto do viajante francês esboça, já no início do século XIX, a idéia de uma nação cindida: de um lado o Brasil litorâneo, dinâmico e capaz de grandes realizações e, de outro, o interior rude e pouco afeito a mudanças significativas.

Trata-se de uma imagem decisiva para as interpretações posteriores da realidade brasileira. Mesmo despertando interesse, o homem do sertão muitas vezes é definido como uma espécie de primitivo, exemplificando nosso atraso em comparação à Europa e aos Estados Unidos. Ele habita uma área semi-deserta das regiões tropicais da América do Sul, área caracterizada pelo clima quente, pela natureza



exuberante e pela vastidão do território ainda inexplorado. Vejamos uma passagem na qual os naturalistas alemães Spix e Martius comentam os habitantes do norte da província de Minas Gerais:

O acolhimento, por toda parte neste sertão, não era menos hospitaleiro do que nas outras terras de Minas; porém quão diferentes nos pareceram os habitantes destas regiões solitárias, em confronto com os sociáveis e cultos cidadãos de Vila Rica, de São João d'El Rei etc.! (...) O sertanejo é criatura da natureza, sem instrução, sem exigências, de costumes simples e rudes. (...) A solidão e a falta de ocupação espiritual, arrastam-no para o jogo de cartas e dados e para o amor sexual, no qual, incitado pelo seu temperamento insaciável e pelo calor do clima, goza com requinte.³

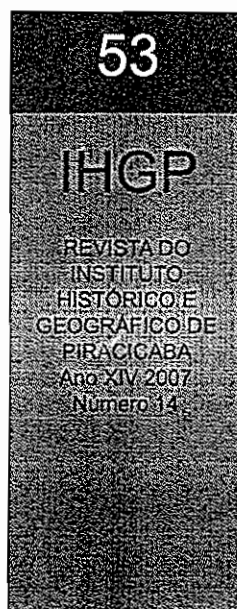
Nota-se, mais uma vez, o anúncio da dicotomia entre os rudes moradores do interior e os habitantes das capitais e cidades importantes. Segundo os naturalistas alemães, a solidão ou a pobreza das relações sociais explicam, em grande medida, a inferioridade do homem do sertão. Interagindo com poucos indivíduos, ele é apenas uma "criatura da natureza", pois como os animais e as plantas é incapaz de modificar significativamente o meio que habita. Sua vida espiritual não transcende as manifestações mais primitivas do ser humano, como o desejo sexual. Assim, ele ocupa-se, no máximo, com distrações grosseiras como o jogo de cartas ou entrega-se à embriaguez. A restrita sociabilidade dessas populações do interior é pensada como um sério limite para o desenvolvimento de suas faculdades intelectuais. Vivendo a parte do Estado e da economia de mercado, os caipiras produzem apenas o estritamente necessário para a sobrevivência. Assim, sua vida espiritual é mesquinha e seus recursos materiais miseráveis. O calor também parece acentuar a primazia dos impulsos corporais sobre o intelecto, ajudando a manter o embotamento mental do interiorano. Ele pode ser hospitaleiro e prestativo, por vezes demonstra aguçada percepção dos elementos naturais que o cerca – manifesta, por exemplo, um domínio "perfeito" das plantas medicinais de sua terra⁴ – mas, para os viajantes alemães, a sociabilidade restrita e os fatores ambientais limitam o progresso de suas faculdades e seu conhecimento resume-se às "singelas informações" que lhe são úteis na vida cotidiana.

Além de ser considerado ignorante e pouco sociável, o homem do interior, na percepção dos viajantes, dificilmente acompanha o progresso da civilização europeia em função de sua origem étnica, pois é descendente de indígenas ou africanos. Para Martius, o europeu "domina de modo tanto somático como psíquico as demais raças", superando-as "no desenvolvimento da moralidade, do espírito livre, independente". Índios, "etíopes" e os mestiços de ambas as raças demonstram "secreta timidez diante do branco" e, por vezes, a simples presença deste os amedronta⁵. Assim, os primeiros só podem acompanhar o progresso quando dirigidos pelo segundo.

3 SPIX, Johann B. von e MARTIUS, Carl F. von. *Viagem pelo Brasil*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1976. v. II, p. 66 (grifo meu).

4 SPIX, Johann B. von e MARTIUS, Carl F. von. *Viagem pelo Brasil*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 2ª edição, s/d, v. I, p. 171-172.

5 *Ibid.*, I, p. 174-175.



6 MARTIUS, Carl F. P. von. *O estado do direito entre os autóctones do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982, p. 87-88. Sobre a questão racial em Martius, cf. Lisboa, Karen M. *A Nova Atlântida de Spix e Martius*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1997, p. 134-199.

7 SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à província de São Paulo*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo /Livraria Martins, 1972, p. 95-96 (grifo meu). Os europeus são definidos como "raça caucásica".

8 Cf. *ibid.*, pp. 220 e 261.

9 *Ibid.*, p. 249. Sobre a superioridade do mulato frente ao mameluco, cf. também *ibid.*, p. 261.

10 Cf. *ibid.*, p. 171.

Os viajantes acreditam que a origem racial limita o âmbito da ação histórica dos não-europeus. Em "Como se deve escrever a história do Brasil", artigo publicado na *Revista trimestral do IHGB* em 1845, Martius defende que cada uma das três raças constitutivas da população brasileira tem um papel no "movimento histórico" do país. Entretanto, o português "conquistador e senhor", "se apresenta como o mais poderoso e essencial motor" do desenvolvimento brasileiro. A mescla de raças é decisiva para o Brasil, mas "o sangue português, em um poderoso rio, deverá absorver os pequenos confluente das raças índia e etiópica"⁶. Nota-se que a tese da necessidade de "branquear" o Brasil começa a se delinear.

Saint-Hilaire, por sua vez, ao percorrer o interior paulista, também esboça uma imagem depreciativa dos mestiços. Descrevendo uma experiência em um rancho na região de Araraquara, ele lamenta a estupidez dos homens pobres da província de São Paulo:

Enquanto descrevia e examinava as plantas, aproximou-se um homem do rancho, permanecendo várias horas a olhar-me, sem proferir qualquer palavra. Desde Vila Boa até Rio das Pedras, tinha eu tido quiçá cem exemplos dessa estúpida indolência. Esses homens, embrutecidos pela ignorância, pela preguiça, pela falta de convivência com seus semelhantes, e, talvez, por excessos venéreos prematuros, não pensam: vegetam como árvores, como as ervas dos campos. (...) Grande número de homens, mulheres e crianças desde logo rodeou-me. (...) À primeira vista, a maioria deles parecia ser constituída por gente branca; mas a largura de suas faces e proeminência dos ossos das mesmas traíam, para logo, o sangue indígena que lhes corria nas veias, mesclado com o da raça caucásica.⁷

Repete-se a idéia de que o isolamento e a ignorância produzem a indolência dos caipiras. Porém, o viajante insinua que o "sangue indígena" também determina o caráter desses homens. Em outras passagens, Saint-Hilaire repete a mesma formulação: muitos indivíduos do interior paulista parecem brancos, mas na verdade são descendentes de índios e europeus⁸. Trata-se, segundo o viajante, de uma mistura problemática, produzindo indivíduos inferiores a outros mestiços: os mamelucos "relativamente à inteligência, estão muito abaixo dos mulatos, e diferem inteiramente dos fazendeiros brancos da parte mais civilizada da província de Minas Gerais"⁹. Característica do sertão, a miscigenação entre o colonizador e o nativo aparece como herança nefasta, dificultando o avanço civilizatório. Como indicam as passagens acima, para Saint-Hilaire a presença de africanos e mulatos não é o maior empecilho para a superação do estado de ignorância e apatia observáveis no interior do Brasil. O caipira, apresentando "alguns dos caracteres da raça americana" e "um ar simplório e acanhado"¹⁰, mais do que qualquer outro brasileiro, manifesta uma "estúpida indolência" refratária aos padrões da vida civilizada: suas casas são sujas e pe-



quenas, usa roupas primitivas, é notável a miséria dos povoadamentos e seu comportamento é apático¹¹. Assim, a imagem do homem que *vegeta* exprime de modo sintético a imobilidade e as limites intelectuais atribuídos ao mestiço caipira.

Essa figuração é produto apenas dos preconceitos dos viajantes europeus? Por outro lado, até que ponto ela repercute na cultura brasileira e orienta ações destinadas a superar a rusticidade do sertão?

Responder essas perguntas é mais difícil do que parece. Possivelmente, a imagem dos mestiços de origem indígena está articulada ao debate a respeito da suposta debilidade do homem americano, introduzido pelos textos de De Pauw e outros ilustrados do século XVIII. Antonello Gerbi aponta os principais problemas dessa produção: na análise da realidade americana, por "demasiadas vezes o exemplo solitário foi generalizado como regra universal" e dados verdadeiros "se hipostasiaram em juízos de valores", com "indevida qualificação pejorativa", reafirmando a antítese esquemática e tradicional – formulado no Renascimento – entre o Novo e o Velho Mundo¹². Em um texto muito lido na época, as *Recherches philosophiques sur les Américains* de 1768, De Pauw, um clérigo alemão, levou ao extremo a difamação. Para ele, os nativos da América odiavam as "leis da sociedade e os obstáculos da educação", vivendo cada um por si, sem se ajudarem reciprocamente, em um "estado de indolência, de inércia"¹³. Criticado por vários autores, ele sustentou sua posição com firmeza. No verbete "América", escrito para o *Supplément à l'Encyclopedie* de 1776 (não confundir com a *Encyclopedie* editada por Diderot e D'Alembert), De Pauw reafirmou que os americanos eram estúpidos, inertes, indolentes, fisicamente débeis, dispersos, "de qualquer forma incapazes de progresso civilizatório"¹⁴. Mesmo os descendentes de europeus teriam degenerado ao atravessarem o Atlântico.

Entretanto, não basta salientar o tradicional preconceito da cultura europeia diante dos povos do *Novo Mundo*. O próprio Saint-Hilaire oferece pistas de que a representação depreciativa do caipira é anterior aos relatos de viagem. Atentemos para mais uma passagem de *Viagem à província de São Paulo*:

*Nenhuma dificuldade há em distinguir os habitantes da cidade de São Paulo dos das localidades vizinhas. Estes últimos, quando percorrem a cidade, usam calças de tecido de algodão e um chapéu cinzento, sempre envolvidos no indispensável poncho, por mais forte que seja o calor. Denotam seus traços alguns dos caracteres da raça americana: seu andar é pesado, e têm um ar simplório e acanhado. Pelos mesmos têm os habitantes da cidade pouquíssima consideração, designando-os pela acunha injuriosa de *caipiras*, palavra derivada provavelmente do termo *corupira* pelo qual os antigos habitantes do país designavam demônios malfazejos existentes nas florestas.*¹⁵

¹¹ Esse quadro aparece em quase todas as descrições de Saint-Hilaire de povoados de beira de estrada do interior de São Paulo.

¹² Cf. GERBI, Antonello. *O Novo Mundo – História de uma polémica (1750-1900)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 16-17.

¹³ *Ibid.*, p. 56-57.

¹⁴ *Ibid.*, p. 91.

¹⁵ SAINT-HILAIRE. *Viagem à província de São Paulo*, p. 171 (grifos do autor).

55

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano XIV/2007
Número 14

16 Não pretendo discutir aqui se as referências etimológicas de Saint-Hilaire estão corretas. O que importa é a utilização dessas referências, pois inserem o homem do interior no jogo de imagens apontado acima.

17 Cf. PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império*. Bauru: Edusc, 1990, p. 234.

18 LOBATO, Monteiro. *Urupês*. São Paulo: Brasiliense, 1969, p. 279-280 (grifo meu).

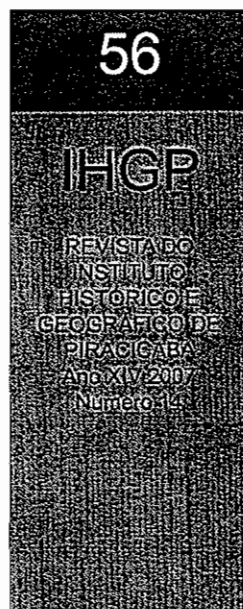
Para o viajante francês, na pequena São Paulo do início do século XIX é fácil identificar o caipira: as roupas quase ridículas e o comportamento tímido o denunciam. São Paulo ainda não é uma metrópole industrial, mas o caipira já aparece como homem simples e acanhado diante do mundo urbano. Novamente anuncia-se a cisão entre o Brasil das capitais e o Brasil do interior. Mais uma vez o observador frisa a descendência indígena dos interioranos. Agora, porém, o autor evidencia que os paulistanos também consideram o caipira inferior: a "alcunha injuriosa" pela qual ele é definido, o aproxima da monstruosidade demoníaca e do mundo selvagem das florestas¹⁶. Os próprios brasileiros – no caso, os paulistanos – apresentam o homem do interior como um ser estranho e desprezível, indicando a cisão entre os *dois Brasís*. Saint-Hilaire, em certa medida, reproduz essa imagem. Assim, podemos notar a complexidade das representações aqui discutidas. Me parece arriscado afirmar que os viajantes europeus apenas retomam o debate a respeito da inferioridade do homem americano vindo da Europa. Em vista da passagem acima, é razoável pensar que os observadores estrangeiros interagem com as imagens produzidas pelos paulistanos e, em alguma medida, a experiência destes últimos orienta os relatos de viagem. Sugiro que os informantes brasileiros ajudam a moldar as representações depreciativas dos europeus. Como lembra Mary L. Pratt, relatos de viagem têm uma "dimensão heteroglôssica": além da sensibilidade e observação do viajante, eles manifestam representações e conhecimentos que advêm "da interação e experiência usualmente dirigida e gerenciada pelos *viajados*"¹⁷. A elite brasileira, com quem os viajantes dialogam e obtêm informações, elabora a figura do caipira como homem atrasado e inferior, merecedor de "pouquíssima consideração".

É possível notar que parte das imagens discutidas acima chegam ao século XX. A leitura de alguns escritores do início do período republicano sugere uma continuidade na figuração de caipiras e sertanejos. Entre eles, destaca-se Monteiro Lobato. Seu personagem Jeca Tatu é bem conhecido. Entretanto, vale observar as semelhanças entre o quadro traçado em *Urupês* e as descrições de Saint-Hilaire:

Porque a verdade nua manda dizer que entre as raças de variado matiz, formadoras da nacionalidade e melidas entre o estrangeiro recente e aborígine de tabuinha no beíço, uma existe a vegetar de côcoras, incapaz de evolução, impenetrável ao progresso. Feia e sorna, nada põe de pé. (...)

*Nada o esperta. Nenhuma ferrotoada o põe de pé. Social, como individualmente, em todos os atos da vida, Jeca, antes de agir, acocora-se.*¹⁸

A imagem do homem que "vegeta" sem iniciativa em um meio natural luxuriante, capaz de lhe oferecer todos os recursos para sua sobrevivência, aproxima Saint-Hilaire e Lobato. Nos dois autores, a metáfora da inércia vegetal caracteriza a indolência do caipira. Ele encontra-se inserido entre a selvageria – o "aborígine" – e a civilização



– o “estrangeiro”. Assim, imagens recorrentes nos textos dos viajantes do período da Independência são repetidas no início da República. Apático, incapaz de utilizar plenamente suas energias físicas e faculdades mentais, o caipira, de Lobato a Saint-Hilaire, constitui um problema para o progresso nacional e permanece apartado da história do país¹⁹.

A imobilidade e a apatia dos caipiras aparecem mesmo nos detalhes das caracterizações dos dois autores. Quando reunidos, os homens do interior de São Paulo “não cantam” (Lobato completa: “não cantam senão rezas lúgubres”)²⁰. Eles não consertam os telhados de suas péssimas casas e a chuva cai dentro das mesmas²¹. Saint-Hilaire afirma que eles “desconheciam tudo o que ocorria pelo mundo, podendo falar, apenas, dos objetos que os cercam”²². Para Lobato, o Jeca “não tem sequer a noção do país em que vive”²³. Outros exemplos poderiam ser lembrados, mas esses já são suficientes para indicar a continuidade a que me referi.

Não me parece inteiramente convincente o argumento de que Saint-Hilaire e Lobato traçam retratos tão parecidos depois de observarem um mundo caipira praticamente inalterado ao longo do século XIX. A área de observação de ambos, o interior paulista, foi profundamente transformada pelo crescimento da produção cafeeira e açucareira, além da presença cada vez mais intensa do trabalho escravo. É razoável pensar que os homens livres pobres mantêm, mesmo com esse processo, uma posição marginal, preservando vários aspectos de seu modo de vida tradicional²⁴. De qualquer forma, há uma significativa mudança de contexto e é pouco provável a existência de um mundo caipira absolutamente estático, sem história. No mais, Saint-Hilaire e Lobato coincidem em muitos aspectos: nota-se a repetição de metáforas – a inércia vegetal dos caipiras, por exemplo –, o mesmo diagnóstico depreciativo das manifestações culturais interioranas – o caso da música é particularmente expressivo – e o mesmo desalento ao tratar do futuro dos mestiços pobres do sertão. Um século depois, as imagens e interpretações dos viajantes de alguma forma continuam presentes nos textos dos autores do Brasil moderno.

Convém alertar que, no início do século XX, até autores preocupados com o resgate da cultura do homem do interior evidenciam a permanência de certas representações. Cornélio Pires, procurando rebater a imagem depreciativa de Lobato, propôs uma tipologia racial do caipira. O branco (o melhor de todos), o mulato e o negro parecem capazes de adaptação ao progresso e, em condições favoráveis, podem contribuir para o desenvolvimento nacional. Mas os “caboclos”, “descendentes diretos dos bugres”, são preguiçosos, velhacos, desleixados, sujos e “criam os filhos ao Deus-dará”. Para Pires, “foi um desses indivíduos que Monteiro Lobato estudou criando o Jeca Tatu, erradamente dado como representante do caipira em geral”²⁵. Vislumbra-se novamente a representação negativa dos descendentes de índios, característica dos textos dos viajantes do século XIX. Pires, ao final de suas linhas a respeito dos “caboclos”, insinua a possibilidade de “salvá-los” por meio da escola e da convivência com o mundo urbano – matiza, portanto, a determinação racial. Não tenho espaço para

19 Para um análise da figura do Jeca Tatu nas obras de Lobato, cf. NAXARA, Márcia R. C. *Estrangeiro em sua própria terra. Estrangeiros em sua própria terra – Representações do brasileiro, 1870/1920*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 1998, p. 23-33 e 131-143.

20 SAINT-HILAIRE. *Viagem à província de São Paulo*, p. 250. LOBATO *Unipês*, p. 291.

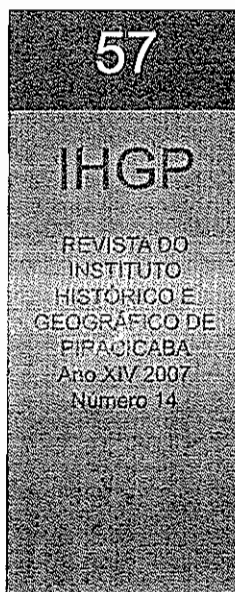
21 SAINT-HILAIRE. *Viagem à província de São Paulo*, p. 250-251. LOBATO *Unipês*, p. 282.

22 SAINT-HILAIRE. *Viagem à província de São Paulo*, p. 273.

23 LOBATO *Unipês*, p. 285.

24 Sobre o caráter complexo da marginalização dos homens que nem eram escravos nem se proletarianizavam no século XIX paulista, cf. FRANCO, Maria Sílvia de C. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Unesp, 1997 (em especial o capítulo 2, “A dominação pessoal”).

25 PIRES, Cornélio. *Conversas ao pé-do-fogo*. Rio Ottoni 2002, p. 24-27.

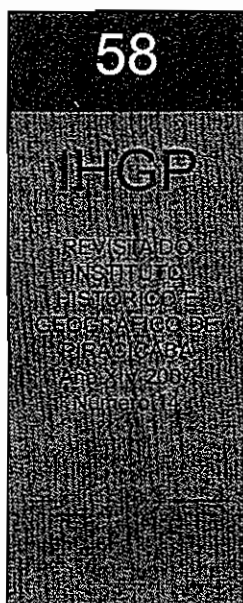


26 Para uma análise da tipologia de Pires, cf. NAXARA. *Estrangeiro em sua própria terra*, p. 122-130.

discutir como é complexa e ambígua a maneira como o autor discute a aproximação do caipira com o mundo urbano-industrial²⁶. De qualquer modo, mesmo considerando as oscilações do escritor, é aceitável apontar as teses de *Conversas ao pé-do-fogo* como mais um eco das opiniões dos naturalistas do século XIX a respeito do mameluco.

Pelo menos até bem pouco tempo, o Brasil parece não ter sido pensado sem o sertão e seus homens. A maneira de representar o homem do interior do país não me parece apenas uma estratégia consciente de dominação a serviço de um grupo social específico. Ela migra de um discurso para outro. É utilizada, sem dúvida, pelos que pretendem submeter os caipiras ao avanço da civilização, ou seja, à economia de mercado e ao aparelho estatal. Mas também será retomada pelos que buscam preservar sua cultura diante das forças demolidoras do progresso. O debate a respeito da produção da imagem do caipira abarca um vasto campo de referências passível de apropriações diversas e por vezes contraditórias. A história da utilização dessas referências possivelmente oferece a oportunidade de pensar a própria constituição dos projetos de desenvolvimento nacional, pois o caipira e seu mundo são sempre compreendidos como o oposto do Brasil moderno, fazendo com que a dicotomia interior/litoral, observável em Saint-Hilaire, seja continuamente reinterpretada.

Nos dias de hoje, ao transformar o caipira em símbolo identitário de cidades prósperas e industrializadas, os paulistas não estão confessando certo incômodo ou talvez insatisfação com o progresso que Saint-Hilaire e Lobato tanto desejaram?





Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba

Rua do Rosário, 78

CEP: 13400-180 Piracicaba-SP - Brasil

Telefone: (19) 3434-8811

E-mail: ihgp@ihgp.org.br

Site: www.ihgp.org.br

ISSN 0103948-2



9 770103 948004